

DUBLIN – Sessões do GAC no domingo de manhã
Domingo, 18 de outubro de 2015 – 9h às 12h30 IST
ICANN54 | Dublin, Irlanda

CHAIR SCHNEIDER: Bom dia para todos. Pelo menos aqueles que já estão aqui. Bem vindos a esta reunião do GAC, no dia de hoje, domingo. Esta noite com certeza vamos dar uma saída.

Temos aqui o ponto 5, na ordem do dia, na pauta, já programado pra tratar hoje de manhã, durante 30 minutos, que é a questão dos códigos de países de 3 caracteres, como domínios de alto nível nas futuras rodadas.

Como Karin está mais familiarizada com este tema, muitas áreas da ICANN, temos o benefício de ter ela conosco para fazer uma introdução e sabermos o que teríamos que discutir aqui. Obrigado.

KARIN PERSET: Obrigada, senhor presidente. Bom dia para todos. Deveriam ter recebido um memo anterior, sobre esse tema, sobre os nomes de domínio de 3 caracteres. Então eu vou fazer uma revisão geral, de forma breve.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Em primeiro lugar quero destacar o fato de que é um tema muito diferente. A questão dos nomes ou códigos de países de 2 letras, que levaram muito tempo. Aqui estamos falando dos domínios de alto nível e não do segundo nível. Estamos falando também de rodadas futuras e não da rodada atual. Então estamos falando daqui ao que vai acontecer em alguns anos.

Também é importante saber que o guia do solicitante atual está regulamentada para a rodada atual, proíbe todos os nomes de países e os códigos de países no primeiro nível. Então, este não é um tema pertinente para esta rodada atual, não pode ser aplicado para os códigos de países, estes nomes nesse nível.

Então, ano passado a GNSO e a ccNSO criaram um grupo de trabalho para analisar o possível uso desses nomes de países, os códigos de países no primeiro nível, nas rodadas futuras. Portanto, Olga participou de forma intermitente nesse grupo de trabalho, começando a analisar os códigos de países de 3 caracteres. E realmente estão apenas no começo do processo. E este grupo está juntando contribuições do GAC, não há qualquer proposta apresentada. Foram apresentadas 7 propostas para os SO/ACs, e neste altura essas situações hipotéticas aproximadas. Não são propostas em si.

Então, antes de passar a ver as perguntas específicas feitas ao GAC, pensei que talvez seria importante dar uma ideia mais

específica de que tratam essas perguntas apresentadas pelo grupo de trabalho.

Há 2 assuntos para considerar em primeiro lugar. Os códigos de países de 3 caracteres, aproximadamente 300 em total, nesses códigos de países. Por exemplo para falar da FRA e não FR. Além disso há mais de 17 mil combinações que não são códigos de países que são de 3 caracteres, incluindo os TLDs que são herdados, que já existem, como .COM, NET, BIZ, etc. E 130 novos gTLDs que incluem muitos gTLDs de marcas. Então esses códigos de 3 caracteres, que não são códigos de países e foram muito populares desde o começo da implementação do sistema de nomes de domínio.

Então as perguntas aplicam a esses 300 códigos de países que interessam especialmente ao GAC, dessas 17 mil combinações diferentes de códigos de 3 caracteres. E também as perguntas fazem referência a uma quantidade ainda maior de nomes de domínio internacionalizados. É um número muito importante e não está limitado aos códigos de países apenas.

Passemos ao próximo slide. Estas são as 7 perguntas feitas ao GAC. Não precisamos entrar nos detalhes, mas as perguntas são um pouco extensas. Então quero dar uma ideia um pouco mais específica do que apresentam essas perguntas feitas pelo grupo de trabalho. Eu vou tentar explicar um pouco no próximo slide.

códigos de 3 caracteres para o futuro. Se observa o número 1, pergunta se deveríamos reservar todos os nomes de domínios de caracteres para ccTLDs e não deixar disponíveis para que sejam utilizados como gTLDs. Aqui o que se fez é isso com os nomes de domínio de 2 caracteres, os códigos de países operam os gTLDs. E os outros códigos de 2 caracteres não estão disponíveis para ninguém. O motivo pelo qual não estão à disposição de ninguém é porque caso a norma evolua, e sejam criados novos códigos de países, alguma fusão, esses códigos poderiam estar disponíveis para ser utilizado nesses casos.

Como já mencionei, esse é o sistema que atualmente funciona para os códigos de 2 caracteres.

Então agora se apresenta a pergunta (inint) [00:14:57] 3 caracteres? Sinceramente, a resposta seria mais para afirmação. Ou seja, sim, porque precisamos dar lugar a evolução da lista da ISO caso isso seja necessário. Mas, por outra parte, podemos dizer, talvez, que é muito tarde, porque muitos códigos de 3 caracteres já existem, há mais 150, 200 hoje em dia. Então talvez seja pouco realista trabalhar assim.

A segunda pergunta faz referência a permitir gTLDs de 3 caracteres que não são códigos de países. Basicamente essa é a situação que temos hoje em dia. Na versão atual do guia para solicitante, qualquer pode solicitar nome de domínio de

primeiro nível de 3 caracteres, desde que não corresponda a nome de país da lista ISO.

E a terceira pergunta apresenta esta mesma situação, o cenário, mas daria o poder de veto dos governos para alguns nomes geográficos. Não há detalhes aqui na redação, mas claro que o diabo coloca o rabo nos detalhes. Eu acho então a ideia global aqui de tratar uma situação como aqui, evitar o .SPA, para que os governos possam opinar e dizer qual é a visão com respeito a que nomes são possíveis de escolher ou não.

Claro que é importante determinar aqui o que é uma localização no país, o que é um nome geográfico. E, na verdade, por que nos limitaríamos apenas aos 3 caracteres? Como se estabelece essa limitação de 3 caracteres?

A seguinte pergunta tem a ver com o uso irrestrito dos caracteres de 3 letras, como os gTLDs. Isso tem a ver com o status quo. E as vantagens que seriam aqui, para poder solicitar ou se opor a uma solicitação de uma cadeia de 3 caracteres, como os gTLDs, incluindo algum código de país, os países deveriam estabelecer que esse TLD entra em conflito com as regras sobre a semelhança de cadeia de caracteres. E isso não fica tão claro na definição, então deveriam dizer que essa cadeia muito semelhante poderia gerar confusão nos usuários, conforme a experiência que temos agora.

As perguntas 5 e 6 fazem referência aos nomes de domínio internacionalizados. Há alguma confusão geral quando se faz referência ao contexto de 3 caracteres. Porque se sugere que as cadeias de 3 caracteres, de IDN, ficam reservadas como os gTLDs. E que não podem ser utilizadas como IDN gTLDs.

Na verdade, tantos os TLDs como as cadeias de gTLDs, de nomes de domínio internacional, se utiliza de forma generalizada no IDN. Então talvez já seja muito tarde pra estabelecer esta diferença. E também não tem muito sentido diferenciar os nomes de domínio de primeiro nível de IDN, pois fala de tudo. E dependendo do código de escritura, a transliteration do código de país poderia ser de 2, 3 ou talvez de mais caracteres em alguns códigos de escrita. Então devemos considerar a transliteration da Índia, por exemplo. Então, se pensamos no idioma oficial da Índia, a transliteration tem uma longitude de 3 caracteres. Mas em outros idiomas oficiais, tem mais de 3. Então isso é o que apresenta a pergunta.

A pergunta 6 é similar ao número 4, que já mencionamos. Mas faz referências aos nomes de domínio internacionalizados. Seguinte slide.

Então, para resumir essas perguntas, eu acho que há 3 interrogações principais, há perguntas que tem a ver com os códigos de países e também os códigos que não são códigos de país, o resto de códigos que não estão atribuídos para um país.

E, por sua vez, os nomes de domínio internacionalizados podem ser consideradas com dimensões de 3 caracteres ou não, isso deveria ser analisado.

Então eu acho que concluo, espero ter sido clara. E com prazer escutarei seus comentários.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, Karin, pela introdução. Há um elemento que eu gostaria de acrescentar a seus comentários. A secretaria desse grupo de trabalho intercomunitário entrou em contato conosco, em setembro, e solicitou que realizássemos comentários com prazos de 9 de outubro. Fomos informados, mas sentíamos que não poderíamos apresentar comentários para essa data, deveríamos informar. E fizemos assim, porque há muito trabalho do qual temos que nos ocupar, mas incorporamos sim para a agenda desse encontro, para poder dar uma resposta ao grupo de trabalho. Então depois das discussões de hoje, com certeza vamos ter uma posição para transmitir.

A Noruega eu acho que quer responder ou dar o seu ponto de vista a esse tema. Não vi outros que tenham reagido. Passo a palavra aos senhores. A Indonésia está pedindo a palavra, Argentina e outros colegas.

INDONÉSIA:

Obrigado. Em primeiro lugar, claro que nós entendemos que não há problema com os códigos de países de 2 caracteres. Mas devemos considerar outra coisa para a Indonésia, o .ID é utilizado por muitas pessoas. Há 4 milhões e meio de pessoas que também utilizam outro código. E há muitos milhões que utilizam .MIDDLE.

Estamos falando de 240 milhões de pessoas que tem que ser informadas pelo ministério de que não podem utilizar um determinado identificador. Isso significa que o governo vai precisar de muito tempo para falar com todos esses milhões de pessoas que utilizam esses diferentes códigos que nós aplicamos, para administração pública, para o setor militar, acadêmico, as organizações privadas. Será diferente se utilizarmos um único código de país para uma pequena quantidade de pessoas.

Eu quero fazer uma pergunta técnica. Seria possível, no ponto de vista técnico, se deixarmos alguns países com nomes de 2 caracteres, e outros países que se acrescentam, utilizando código de 3, seria possível ter a combinação de 2 caracteres e outros de 3 caracteres? Para que exista o .ID, por exemplo para a Indonésia, de 2 caracteres, e outros países que tenham seu identificador com 3 caracteres, como .CCC, por exemplo. Não sei se do ponto de vista técnico isso é possível.

CHAIR SCHNEIDER: Para esclarecer esta questão técnica alguém poderia responder. Eu acho que o problema não é de natureza técnica. Porque na verdade isso se traduz em diferentes endereços de IP. Mas caso alguém saiba se há uma diferença técnica entre os códigos de 2 e 3 caracteres, pedimos que por favor nos digam.

Está na lista o pedido da França.

A Noruega então, França, Argentina, o senhor Chen Chung-Shu. Não?

Boa sorte no ICG. E a Tailândia. Então vamos começar com a Noruega.

NORUEGA: Obrigado, senhor presidente. Eu queria falar sobre as respostas dessas perguntas que foram transmitidas na lista do GAC.

deveria permanecer como está. Porque no passado, na primeira rodada de gTLD, discutimos este tema e consideramos que deve existir uma proteção adequada a esses códigos de 3 caracteres. E que isso deveria continuar dessa forma.

Não vemos nenhum benefício de abrir os códigos de 3 caracteres para os códigos de países, como os ccTLDs também não, para o mercado. Então não consideramos que eles deveriam ficar disponíveis para o ccTLDs, também não.

Claro que, como indicado na apresentação, se permite utilizar códigos genéricos de 3 caracteres para os novos gTLDs, isso talvez seria uma possibilidade para depois tê-los disponíveis para futuras atribuições. Mas isso também não sei se é possível, como o senhor disse. Isso seria desvantagem de permitir utilizar outros códigos de 3 caracteres. No entanto, há muitos nomes de 3 caracteres que já existem. Então, devemos ser muito restritos a respeito. Então, de todas as formas, eu acho que não devemos designar muito tempo a discutir as vantagens e desvantagens de todas essas questões. Eu acho que já temos bastantes proteções no guia do solicitante atual, e deveria manter assim.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, Noruega. Então, basicamente o senhor propõe continuar com o mesmo esquema que nós tínhamos para a primeira rodada, não é?

Muito bem. Passo a palavra para a França.

FRANÇA:

França decidiu dar o seu apoio a posição por regras muito precisas, que já estão utilizadas a partir do guia do solicitante. Então vemos vantagens com a abertura dos códigos de 3 caracteres. Percebemos uma baixa no crescimento e desenvolvimento dos ccTLDs de 3 caracteres. E eu acho que isso cria confusões com códigos de países de 3 letras, que

apareceriam na raiz e teria a ver com o tema de registro dos códigos de países. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, França. Passo para a Argentina.

ARGENTINA: Bom, hoje é o dia das mães na Argentina, eu sei que em outros lugares também, primeiro, parabéns, felicidades pra todas as mães presentes na sala. É o primeiro dia que eu trabalho no dia das mães, faz parte de ser uma mãe moderna nesse mundo.

Nós consultamos com os ccTLDs no nosso país, e basicamente estão alinhados com os comentários feitos pela Noruega. Então nós manteríamos a mesma situação que está no guia do solicitante para a primeira rodada, e abriríamos a questão desse assunto de 3 caracteres, significaria implementar. Do nosso ponto de vista, o método dos governos, porque na primeira rodada dos novos gTLDs, houve uma especificação do guia do solicitante, que ele deveria consultar com o país caso existam dúvidas, se o TLD estava relacionado com algum nome nacional de comunidade, que tinha a ver com o país. Isso não aconteceu, e depois surgiram diferentes conflitos, também vinculados ao assessoramento do GAC, difíceis de solucionar. E é por isso que gerou várias dúvidas. Então caso, por exemplo, do método com o governo, não deveria haver como implementar esse método,

porque estava no primeiro guia do solicitante, não pareceu que tivesse força jurídica para o solicitante. Então nós gostaríamos de revisar caso se abrisse os códigos de 3 caracteres para explicar a outros tipos de TLDs, além dos vinculados com os códigos de país.

CHAIR SCHNEIDER: Senhor Chen Chung-Shu.

CHEN CHUNG-SHU Eu quero dar a minha opinião, minha observação a respeito de vários pontos. Em primeiro lugar, parece que não há nenhuma urgência ou necessidade de que a ICANN explore a possibilidade de alargar a lista da ISO sobre código de país com 3 caracteres. Temos agora o mecanismo de ccTLDs com 2 caracteres que funcionou durante muitos anos, e esse mecanismo, acho que pode sobreviver a novos registros de domínio. Além disso, quando falamos do código de países de 3 caracteres, originariamente tem a ver com identificação dos países e territórios em muitos campos. E tem uma raiz e uma associação mais profunda entre o código e o nome do país entre 2 caracteres.

O segundo, os dados, o código de países alfabético, incluiu na lista da ISO faz muito tempo, está ali desde 1974, permaneceu durante muito tempo. E esses códigos foram utilizados por

diferentes associações internacionais e organizações internacionais, para permitir a facilitação de mercadorias e informação.

Então, como foi dito por nosso colega do GAC antes, da lista de distribuição do GAC, utilizar os códigos de país de 3 caracteres, como o ccTLD, geraria confusão ou entraria em conflito com a prática atual dos ccTLDs. É por isso que a ICANN deveria tomar esse tema com seriedade, para que o uso comercial ou a monotização o uso dos códigos de 3 caracteres dos países não seja minimizado. Não sei se será nessa rodada ou na outra, mas acho que se deve pensar bastante para ver como se utiliza esse código de ccTLDs.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado. Acho que tem a Tailândia na lista.

TAILÂNDIA:

Tudo bem. Eu apoio o mecanismo que temos no guia do solicitante, com os códigos de 3 caracteres, que por agora não são permitidos, mas um dos pontos que quero assinalar é que os governos de políticas públicas, os ccTLDs, e é algo que é da competência das comunidades que administram os ccTLDs. Isto foi utilizado, os 2 caracteres foram utilizados em formas comerciais. E o que queremos é poder chegar a esse tema dos 3 caracteres.

Não sei se os ccTLDs querem utilizar esses 3 caracteres, porque há alguns que já foram registrados por outros registradores. Então isso tem que estar no guia do solicitante, dizer se pode existir mais de 1 ccTLD ou mais de 1 registrador, inclusive dentro das jurisdições, como nós vemos atualmente.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado. Bem, é interessante o que aponta, vamos ver se eu entendi bem. Há países que basicamente já não tem os códigos de 2 caracteres porque cederam para privados, então queriam utilizar códigos de 3 caracteres, como o ccTLD público. Isso é algo que devemos considerar, é algo novo. É verdade, não tínhamos levado em conta isso.

Agora na lista está Suíça e depois China.

SUÍÇA:

Obrigado. Fala Jorge Cancio, da Suíça.

Eu queria dizer a esse comitê, e também perguntar a Karin, se há algum precedente no seguinte tema. Existe uma lista de códigos de 3 caracteres, que está estabelecido pela associação internacional de transporte aéreo, IATA. E se vemos a lista, há milhares de códigos com 3 caracteres e temos ali conotações geográficas, porque na realidade, identificam a localização dos aeroportos. Também temos os códigos de IATA que identificam regiões geográficas.

A minha pergunta então seria, isso foi considerado antes? Porque se vemos o guia de 2012, não vi nenhuma referência a isso. Mas, na realidade, não sei se está em algum lugar que eu ainda não pude descobrir.

Por outra parte, também quero perguntar se isto foi considerado pelo grupo de trabalho que está formulando as perguntas ao GAC, bem como as outras SOs e ASs.

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado por mais uma boa pergunta. Não sei se Karin tem alguma resposta imediata? Que tem a ver com os códigos do aeroporto.

KARIN PERSET: Sim. Não foram considerados. Existem vários, inclusive os da IATA, e é verdade, nenhum foi considerado no contexto do DNS.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Tem a palavra a China.

CHINA: Obrigado. Uma pequena observação. A respeito desse tema, eu vou consultar com o .NIC, que é quem dirige o nosso ccTLD. Eu queria ver como tratam o código de país do nosso país, com os códigos de 3 caracteres, como o ccTLD. Acho que atualmente o

que eu faria seria considerar a posição manifesta pelos oradores anteriores.

CHAIR SCHNEIDER: Alemanha tem a palavra.

ALEMANHA: Acho que, como descreveu a Noruega, é uma maneira em que contaria com o nosso apoio. Mesmo assim, voltaria ao ponto da Argentina, onde disse que fica claro se o governo consultado caso haja um nome vinculado com o código de país.

A minha pergunta seria, houve problemas nesse tema na primeira rodada? Porque pelo menos sei que houve 1, mas pelo menos tenha havido mais de 1 solicitação com problemas para código de país. Então, como funciona isto? Como funcionou no passado? Se o governo pode solucionar, ou se existe uma cadeia de caracteres em conflito. Como se solucionaria isto?

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Alguma resposta rápida a pergunta que acabou de ser formulada? Não sei, Karin? Houve problemas com os códigos de países de 3 caracteres? Acho que essa foi a pergunta que se formulou. Você sabe? Não sabe?

KARIN PERSET: Conforme eu sei, não existiu, porque foram colocados como não elegíveis. Essas solicitações foram não elegíveis na primeira rodada.

CHAIR SCHNEIDER: A pergunta tem a ver com código de país ou como cidade?

ALEMANHA: Sim, tem a ver com código de país. Por exemplo, se pedir um IDN, se IDN tem a ver com Indonésia. Como foi solucionado isso?

KARIN PERSET: Eu tenho que checar isso, porque acho que a solicitação não foi aprovada. Porque os nomes de países não eram elegíveis nessa rodada.

CHAIR SCHNEIDER: Tem Holanda, Argentina, Itália, Reino Unido. Fala Holanda.

HOLANDA: Obrigado, senhor presidente. 2 comentários. Estou de acordo com as preocupações gerais expressas, mas acho que são só preocupações gerais, e acho que o trabalho grupo de trabalho com o qual estamos trabalhando, se beneficiaria se existissem 3 ou 4 situações hipotéticas, ou propostas, para que pudéssemos agir sobre elas.

Há muitas perguntas, há muita coisa a ser tratada. E acho que a ideia então seria reagir melhor com base em 3 cenários ou propostas.

O segundo comentário, que também é geral, é que embora alguns países manifestaram preocupações ainda, temos que enfrentá-lo, não como gTLD, mas como ccTLD, o uso de códigos de 3 caracteres talvez. Algo que eu diria, não é da competência do GAC impor, de certa maneira, porque são coisas soberanas. Não interessa o que a gente decida na ICANN, se existe a necessidade de usar códigos de 3 caracteres para coisas extras, ou de competência ou como código nacional diferente, é algo que realmente preocuparia bastante se o GAC intervir por meu país o que eu posso fazer como país ou não. Acho que deveríamos respeitar a soberania de cada país nesse tema.

CHAIR SCHNEIDER:

Na verdade, eu olhei pro relógio, já passamos 10 minutos. Sejam breves. Depois temos que decidir o que vamos fazer. Itália tem a palavra.

ITÁLIA:

Obrigado, senhor presidente. Vou ser breve. A Itália está de acordo totalmente com a posição manifesta por nossos colegas da França e Noruega. E é por isso que nós não podemos aceitar que se permitam os códigos de 3 letras como o gTLD.

CHAIR SCHNEIDER: Por favor, Reino Unido, seja tão breve como Itália.

REINO UNIDO: Sim. Tem a ver com o tema. Nós somos 1 dos países onde existem muitos códigos de 3 caracteres para os nossos territórios, aqueles que dependem de nós. E atualmente estamos no processo de consulta sobre esse tema, embora não tenhamos dado uma resposta ainda. Mas também lembramos que existem algumas empresas grandes, onde há marcas que tem um código de 3 caracteres e também se interessam. Então manteremos isso pendente até termos mais informação a respeito.

CHAIR SCHNEIDER: Então, um dos elementos que foi parte da troca, no grupo de trabalho, é que, de fato, o presidente do grupo de trabalho sente que vai ser útil para o grupo se o GAC pudesse participar de forma mais ativa, mais do que fez até o momento, para permitir essa troca direta com o grupo de trabalho. Eu sei que a Olga participou, então vou passar a palavra.

OLGA CAVALLI: O GAC faz parte desse grupo de trabalho, porque é um grupo intercomunitário. E o GAC é uma das organizações constituintes. Sempre existe o desejo do compromisso da participação a cada

vez que esse tema aparece nas reuniões. Mas sou a única que participa dessas ligações.

Os colegas interessados no trabalho desse grupo de comentário, peço que se reúnam e que nos revezemos nas chamadas, pra ver qual é a posição do GAC a respeito.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, Olga. Na realidade, isso é uma proposta, teríamos que procurar a maneira que mais gente possa dedicar o tempo para se comunicar e participar desse grupo de trabalho. França está pedungod a palavra por 1 segundo.

FRANÇA: Vou ser breve. Eu quero agradecer a Karin por seu trabalho, porque é um tema bem complexo, e acho que a apresentação foi muito boa. Obrigada.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Agora, como já dissemos para o grupo de trabalho que íamos responder, como e quando vamos responder. Vocês acham que poderíamos responder as perguntas de forma eletrônica com base no que preparou a secretaria sobre esse debate ou acham que isso não é possível e que precisamos dizer que é necessário mais tempo? Porque vejo que alguns estão acenando afirmativamente com a cabeça.

Então, vamos ver se nas próximas semanas, e não meses, dar uma resposta preliminar, dizendo que estamos analisando e temos que responder as 7 perguntas. Algumas talvez sejam mais fáceis para responder. Acho que vamos tentar fazer isso pra respondê-las eletronicamente.

Nós já falamos que precisamos de mais tempo, mas teríamos que tentar fazê-lo nas próximas 2 ou 3 semanas. E também utilizar a troca com o ccNSO para tratar o tema, e dizer pra eles que começamos a discutir o tema e depois daremos algumas respostas as perguntas.

Muito obrigado. Acho que podemos passar para o próximo ponto da agenda. É a revisão da eficácia da assessoria do GAC. É o ponto número 6 da agenda.

Antes de passar a palavra a secretaria, que esteve trabalhando no tema, quero fazer uma breve introdução do meu lado. Esse não é um tema novo, que tem a ver com avaliar cabalmente o que acontece com a assessoria que oferecemos, o que aconteceu quanto a reação do Board, como implementar, se nós estamos satisfeitos com a forma em que a assessoria do GAC foi implementado ou não, etc.

Então, BGRI houve algum debate a respeito. E também alguns membros do Board assinalaram em etapas anteriores que isso é algo que talvez possa ser melhorado, não tem a ver só com a

assessoria do GAC nesse ponto de vista, mas com assessoria da rastreabilidade da assessoria e da implementação em geral.

Na reunião anterior, nós passamos a tarefa a ACIG para que analisassem o tema e ver se podiam encontrar alguma coisa no website do GAC ou da ICANN sobre assessoria, o que tinha acontecido no passado. E o documento que está com vocês é basicamente compartilhar a experiência que eles tiveram, como procuraram diferentes partes da assessoria, e tentaram rastreá-las.

Tendo dito isso, passo a palavra pra Tracey Hind.

TRACEY HIND:

Obrigado, Thomas. Bom dia a todos. Esse relatório é exatamente como indicou o Thomas. É o que eu queria compartilhar no próximos 5 minutos, porque inclui a abordagem tomada e os processos que segui para elaborar esse documento que vocês leram. A tarefa era observar de maneira independente a assessoria do GAC, oferecido a partir da reunião de Pequim, e as subseqüentes. Para ver quão eficaz tinha sido essa assessoria, quanto a exercer influência nas decisões do Board para implementar determinadas questões.

Então, eu fiz uma impressão dos comunidades, a partir dessa reunião de Pequim, e também li toda a correspondência trocada entre o GAC e o Board, desde Pequim até hoje. Imprimi tudo, e

com certeza os ambientalistas estariam muito bravos comigo, porque ficaram empilhados os papeis. Levou várias semanas para fazer tudo isso. Mas fiz um processo de estabelecer correspondências uma a uma, colocando diferentes seções da assessoria do GAC de um lado, e as respostas desses pontos do lado do Board. Foi um processo bastante aborrecedor e levou muito tempo. Mas queria ver como alguém de fora, com olhar objetivo, que era o que não tinha funcionado na ICANN, o que não tinha sido implementado, que não pode se definir esse esforço, a discussão, o diálogo, que vocês como governos estabelecessem. Realmente aponta ser uma contribuição em impactar nas decisões.

O apêndice do documento é uma tabela que é a matriz que eu pude achar quando extrai todos esses comunicados e correspondências. Podem ver que há muitos lugares vagos, isso significa que em alguns casos eu não encontrei uma tradução direta dessas seções. Então deixei esses espaços em branco, vazios, para mostrar que era o que não tinha encontrado.

E encontramos muitas respostas a esses temas. Nós, dentro do pessoal da ICANN, sabemos que há muitos que conhecem esses assuntos e que, na verdade, a informação que poderia ser utilizada para preencher esses espaços. Mas o que nós queríamos fazer era ver o que é que alguém, como é, talvez ou

alguém externo, alguém que tenha estado na nossa posição, pudesse obter a partir de toda essa informação.

Também o que um pesquisador numa universidade, ou qualquer outra instituição parecida, poderia encontrar se tivesse que analisar o impacto das discussões das atividades do GAC sobre os resultados traduzidos em políticas da ICANN.

Então, este relatório descreve o que eu encontrei. Há diferentes conclusões que estão vinculadas com os registros mantidos, a falta de clareza em alguns aspectos do assessoramento, a forma que está agrupado o conteúdo do assessoramento, outras questões vinculadas com política pública, para ver se fica claro que esse assessoramento se vincula com questões de política pública.

São 6 recomendações no relatório, e não vou me estender nos detalhes de cada um, porque imagino que vocês leram. Eu fiz recomendações no relatório. Mas a função dessa reunião é apresentar informação e convidá-los que façam seus comentários e deem suas opiniões para saber se querem, que como resultado dessa informação, se tome algum tipo de ação, ou se apoiam alguma dessas recomendações, que indiquem quais deveriam ser os próximos passos a seguir, do seu ponto de vista, como membros do GAC. Ou talvez considerem que apenas deve ser lido o relatório e não fazer nada mais.

Isto posto, vou passar a palavra aos senhores.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado por compartilhar isso conosco. Talvez seja interessante saber que atualmente o pessoal da ICANN está trabalhando para implementar um sistema informático, que permita fazer um acompanhamento de questões específicas, como assessoramento do GAC para uso do pessoal da ICANN, mas também pra nós mesmo.

Então esse tema está incluído na agenda do Board, que vai ter uma apresentação sobre este assunto. E eu estive falando hoje de manhã, inclusive antes de começar essa reunião, com o presidente do board, claro que isso para os senhores não é pertinente, mas ele indicou que também sente que esta é uma alta prioridade para eles.

Para poder contar com melhor informação, também com muitos elementos da traceabilidade de responsabilidade de prestação de contas. Então também queria mencionar isso para que saibam que há muito interesse nesta ideia de melhorar informação.

Então agora abro o microfone para que os senhores façam os seus comentários a respeito. E nos digam o que o GAC poderia comunicar o Board, ou a outras partes, sobre esse assunto.

Vejo que a Dinamarca e os Estados Unidos pedem a palavra.

DINAMARCA:

Obrigado, senhor presidente. Obrigado também a secretaria por elaborar esse relatório. É muito importante que nós tenhamos a clareza sobre este assunto, que fique claro pra nós. E que também fique a sensação que muitos de nós tivemos, porque não é tão fácil ver o que acontece com o assessoramento que o GAC dá com todos os processos vinculados, os novos gTLDs. Já oferecemos assessoramento e continuamos trabalhando no assunto, é difícil dar visibilidade a esse trabalho.

Por outra parte, é muito importante lembrar que o Board deve considerar esse assessoramento dado pelo GAC, em devida forma, tanto para adoção como para formulação das políticas. Isto é a responsabilidade principal que nos corresponde. Falamos que é uma questão de responsabilidade, transparência, e isso significa que tem que ficar muito claro o que é que o Board pretende fazer, ou o que fez com o nosso assessoramento.

A situação não é muito satisfatória. Eu entendo que deveríamos continuar melhorando e trabalhando sobre este assunto. Por outra parte, as recomendações do relatório, acho que são úteis como ponto de partida. Poderia mencionar 2. Talvez o GAC deveria se ocupar em reduzir no mínimo possível a chance de confusão. Devemos proporcionar uma fundamentação clara, e talvez poderíamos sugerir qual o objetivo desse assessoramento em termos de política pública.

Também acho que seria útil essa sugestão de que o GAC ajude o Board com a implementação dessa assessoria. Acho que podemos utilizar essas recomendações como ponto de partida. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, Dinamarca. Passo a palavra aos Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS: Obrigado, presidente. Obrigado, Tracey, por nos orientar com este relatório, por prepará-lo também, porque é muito útil. Estou totalmente de acordo com os comentários feitos pela Dinamarca. A que temos algumas boas recomendações para considerar. E nós devemos levar em consideração quando tratamos este tema. Mas eu me pergunto, qual é a melhor forma de trabalhar?

Se eu vejo o BGRI, o grupo de implementação das recomendações do GAC e do Board, eu não quero com isso deixar o meu colega do Egito, Manal, em evidência, mas ela foi co-presidente nesse grupo durante um tempo e me interessaria então saber qual é a sua opinião para revitalizar ou relembrar esse grupo, e juntos analisarmos se essas recomendações e ver qual é a melhor forma de avançar, para ter certeza de que todos os registros de assessoramento do GAC sejam registros

adequados, que possam permitir um fácil acompanhamento do nosso assessoramento.

Nós seremos os únicos da comunidade da ICANN que queiram ver o registro melhorado. Deu muita informação para refletir, para pensar, e eu acho que temos que levar em conta. Então manifesto talvez uma mínima dúvida quanto as recomendações que nos apresentam aqui em forma de guia. Julia, por favor, não pensem que isso é um desacordo entre nós, apenas acho que temos que ser cuidadosos e não temos que ir muito longe para sermos tão operacionais. Apenas queria apresentar essa dúvida e aproveitar para agradecer esse trabalho.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, Estados Unidos. Passo a palavra ao Reino Unido e depois Holanda.

REINO UNIDO: Muito obrigado, senhor presidente. Obrigado Tracey também pela apresentação do relatório, a informação é muito útil. E reconhecemos a quantidade de trabalho que apareceu nesse documento.

A minha primeira visão das recomendações basicamente me leva a dizer que apoio o que foi dito pela Dinamarca e pelos Estados Unidos. Na verdade estou me concentrando na recomendação número 2, sobre transmitir o fundamento do

nosso assessoramento vinculado ao interesse público. Acho que é muito importante que exista clareza a respeito, não só perante o Board mas também perante toda a comunidade, que comuniquemos de forma adequada e mais eficaz os fundamentos da nossa assessoria para que as pessoas não tenham que adivinhar o que nos levou a dizer isso, ou que mal interpretem o que nós redigimos como assessoria.

Então, a recomendação 2, como mencionou a Dinamarca, a respeito da intenção dos resultados em termos de política pública, tem que ficar bem claro. E também, como disseram os Estados Unidos, apoio a ideia de ter um bom registro, é uma questão muito importante, a revisão que a senhora fez da mecânica desse registro, isso é importante, o valor do registro, para poder fazer um acompanhamento fácil do avanço com a assessoria do GAC, como foi respondido no assessoramento. A capacidade de identificar o vácuo, e é muito importante.

Então é uma contribuição valiosa a recomendação número 4 que a senhora apresente. Esses são meus comentários a respeito do trabalho. Muito importante, muito valioso. Claro que temos que amarrar algumas das seções aos princípios operacionais do GAC, e ver a implementação dos nossos compromissos depois da revisão de ATRT2.

Então, eu acho que é muito importante, temos que avançar na implementação assim que possível. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, Reino Unido. Temos mais 3 intervenções pedidas. Estou olhando o relógio, aqueles que apoiam esta abordagem e querem fazer algum outro comentário, talvez não vai dar tempo para que se manifestem. O que nós queremos perguntar é se alguém que esteja em desacordo com a decisão que estamos tomando com as propostas feitas por 3 e outros membros do GAC que já falaram.

Porque se não há desacordo, na verdade eu quero fazer uma pergunta que já foi feita antes. Como avançamos no futuro? Como trabalharmos esse tema no futuro? Há uma estrutura já existente que não foi utilizado tanto, porque sempre havia outros temas mais urgentes. E o BGRI, Manal é uma pessoa muito diligente que conduziu o GAC nesse trabalho. E Steve também fez referência a isso. Estivemos falando de vários elementos do processo. Dentre eles, nos assegurar de que a compreensão que os outros tem sobre o assessoramento do GAC, seja a mesma que nós temos dentro do GAC quando elaboramos. E o seguinte passo seria fazer um estudo de fatabilidade para ver se isso é possível, do ponto de vista dos recursos, para ver se o Board pode ou não cumprir nos assessoramentos, se podemos apresentar de uma forma que possa ser implementada.

E também uma vez que o Board implementou esse assessoramento, nós teríamos que perguntar, se nós consideramos que nossa assessoria foi implementada de forma correta. Esses são os elementos que o Steve compartilhou comigo e que eu acho que também é importante levar em conta, especialmente o trabalho que fez o BGRI. Não sei exatamente se além de Manal há outro membro que esteja nessa estrutura, talvez Suzanne dos Estados Unidos, ela acompanhou o trabalho. Podemos ampliar talvez essa composição. Mas se ocorrer alguma ideia, por favor manifestem. Acho que tem sentido utilizar o BGRI para o trabalho que podemos fazer nesse sentido, mas parece importante para o Board e também para nós que apoiemos o trabalho do BGRI, que isso seja estabelecido como um tema de alta prioridade na nossa agenda.

Talvez essa poderia ser uma forma de avançar. Então, por favor tomem a palavra apenas para indicar se acham que essa seria uma boa forma de encaminhar o trabalho, ou se tem alguma outra ideia. Passo a palavra para a Espanha.

ESPAÑA:

Parece uma boa forma de trabalhar. Teríamos que definir detalhes. E com respeito a proposta apresentada pelo presidente do Board, eu gostaria de destacar a necessidade de que esse exercício também vá no sentido inverso. Ou seja, não só

para o futuro, mas que também incluía uma revisão da assessoria do GAC dada no passado, para analisar como foi implementada.

Valorizamos que a ICANN deu valor a este tema, e que deu os recursos necessários. Mas pelo menos parte desse registro tem que ser realizado pelo GAC, que é quem deve avaliar a uniformidade, coerência e implementação da assessoria, com os resultados pretendidos quanto à política pública. Isso é o que o GAC pode fazer.

CHAIR SCHNEIDER:

Sim, eu acho que essa é a ideia de um pouco que estamos discutindo, que o GAC no final deveria dizer se está satisfeito ou não com a implementação e os resultados.

Passo a palavra para Holanda.

HOLANDA:

Obrigado, senhor presidente. Obrigado também, Tracey, pelo relatório. Eu estou de acordo com muitas das coisas ditas, então não vou repetir. Mas do nosso ponto de vista quero reiterar que nós não deveríamos entrar na questão de implementação como assessoria, porque a implementação é uma coisa que tem que ser feita pelo Board da ICANN. Nós estamos recomendando, e é bom manter essa separação. Nós, a princípio, damos um assessoramento com uma intenção de aplicá-lo na política pública e auxiliar os interesses que estão em jogo. E aí há

diferentes variantes de implementação que podemos tomar como guia. Mas é muito importante fazer essa separação.

E da forma que nós fazemos o nosso trabalho e planejamos, as vezes começamos na quarta-feira, 2 horas da tarde, nem sempre. Mas quando fazemos assim não temos a possibilidade de fomentar de forma adequada o nosso assessoramento. Então eu acho que nós temos que permitir ter suficiente tempo para dar uma boa explicação do que nós colocamos no nosso comunicado. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado. Vamos ter que acabar com este debate daqui a pouco. 1 minuto, enfim, Suécia insiste, eu vou dar o mesmo tempo, Suíça, França e Argentina. 1 minuto cada 1.

SUÉCIA:

Bom, o que eu quero assinalar é que temos que destacar o tema de que há algumas preocupações para ver se esta assessoria pode entrar em ação ou não. E como mencionou antes o colega da Holanda, as vezes não temos tempo para explicar exatamente os fundamentos, porque estamos cansados, temos fome e é muito tarde. Mas eu acho que então seria razoável, se queremos que o Board haja sobre isso, fazer nossos comentários e manifestar o que corresponde.

FRANÇA:

O resultado é impressionante, eu bato palmas. Mas também é um resultado decepcionante, porque o que apresenta é que a resposta do Board em geral é inexistente, parcial ou lenta. Eu considero que os governos não tem que se desculpar por pedir procedimentos de verificação de salvaguardas ou outros, porque estão trabalhando por pessoas que não podem participar das negociações e que vão sofrer a consequência do que a ICANN faz. Então compartilho também a opinião de que o GAC não é conselheiro jurídico nem conselheiro de administração, o governo não tem que entrar na órbita da Califórnia. Então devemos levar em consideração que o conselho de administração tem que levar em conta o conselho do GAC da melhor forma, a questão de saber qual a margem de manobra para o GAC quando o Board não responde, ou responde parcialmente.

CHAIR SCHNEIDER:

Eu acho que há uma vontade do Board de melhorar essa situação. Eu acho que estão conscientes de que devem melhorar e esclarecer essa situação. Devemos levar em conta também essa vontade de ambas as partes para melhorar isso no futuro. Mas também devemos incluir melhores trabalho sobre o que se fez no passado. Muito obrigado. Passo a palavra para Suíça.

SUÍÇA:

Bom, eu quero apresentar breves pontos. 1 deles é levar em conta nós, que não devemos reabrir temas sobre o que é o assessoramento do GAC ou coisas assim. Porque no relatório, que é excelente, eu agradeço realmente, algumas recomendações podem ser lida como que estamos abrindo novamente alguns temas sensíveis. Então advirto sobre não continuar nessa caminho.

Em segundo lugar, o que tem a ver com o Board e o pessoal, eu acho que é importante que eles façam acompanhamento do que acontece com a assessoria do GAC. O sistema informativo, eu acho que não teria sentido estabelecer um sistema de informação entre nós, porque isso teria que ser interoperacional com aquele que tem o Board. E isso então pode levar os fundamentos das decisões do Board onde as vezes se mencionam diferentes contribuições feitas pela comunidade, tudo que eles levaram em conta, para a chegar a resolução adotada.

Eu não sei se esse relatório leva em conta esses pontos, porque, de qualquer forma, deveria ser parte desse exercício de acompanhamento. Ajudaria também além de ter essa informação, talvez identificar o numerário, o assessoramento, para então poder fazer um acompanhamento das resoluções que o Board toma.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Minha pergunta então é, estão de acordo em que nós peçamos a secretaria que nos redija alguma coisa breve para o comunicado, que tem a ver com a eficácia da assessoria? E que fala que vamos participar com o Board através do BGRI. Para deixar isso claro, colocar que está aberto, interessado em melhorar esses pontos. Porque não podemos também esperar muito, porque temos que mencionar que é um assunto urgente.

Estão de acordo? Não vejo objeções. Então eu acho que podemos passar ao seguinte ponto da ordem do dia. É o número 7, WHOIS e NGRDS. Meu Deus, é muito difícil inclusive mencioná-los. Vocês devem concordar comigo.

Está aqui a Alice, que está na comissão da União Africana, e também a Tailândia.

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA: O grupo esteve trabalhando no tema, e a Tailândia vai fazer uma apresentação sobre isso.

TAILÂNDIA: Obrigado a todos. Bom dia. É bom participar aqui, estar presente. Vamos ver os primeiros slides, que tem a ver com WHOIS e NGRDS. Nós trabalhamos com o grupo do WHOIS, e eu quero dizer que vamos ter uma reunião na segunda, e depois na terça vamos continuar falando sobre isso. E tem a ver com o

WHOIS, e considerar como o GAC pode participar nos temas que tem a ver com o WHOIS e o NGRDS.

Essa é uma nova geração de dados de registro, para que todos considerem os temas que vai o GAC vai abordar, tem a ver com a segurança pública, execução da lei, proteção dos dados, proteção dos consumidores. Nós enfatizamos isso no trabalho atual sobre o WHOIS, é muito trabalho. A ideia é melhorar o trabalho realizado e ver como o novo sistema que vai substituir o WHOIS, que é da seguinte geração, o NGRDS, vai funcionar.

Mas antes, no WHOIS, tínhamos um contato de informação, contato técnico, registratário e o administrativo. Na próxima geração vamos ter 7 contatos, também o contato legal, jurídico, ou seja, pessoa jurídica, que vai poder ter acesso a essa informação, a única que vai poder ter acesso a essa informação.

Aqui vemos um resumo basicamente. Esse é um resumo de documento que a ACIG preparou. São dos grupos de trabalhos, um é melhorar o WHOIS atual. E depois o seguinte, que temos o RAA, que tem a ver com a revisão da precisão do WHOIS. O registrador tem que ver a informação do registratário. E também o que tem a ver com o serviço de privacidade.

Também há outro trabalho que está sendo feito de forma paralela. E que tem a ver com os caracteres que se podem transformar em romanos, e a tradução e transliteração.

E o último tema, está a cargo do IDN. Estão focando que todos possam digitar a sua informação em seu próprio idioma. Mas quando dizem depois que a tradução e a transliteração não é obrigatório, quanto a língua original, inglês, isso está se dando em tempos diferentes. As vezes existe um conflito, porque não está saindo bem.

Na próxima geração temos, então, o GNSO, que acaba de emitir um relatório preliminar. Os comentários de períodos públicos acabam em setembro. Então estão considerando ter um processo de PDP. E quando esse PDP se der, vão surgir várias perguntas.

O grupo de trabalho quer continuar com o que o GAC já assessorou, a assessoria existente para que o WHOIS existente passe para a seguinte versão do WHOIS. Fazer mapeamento das perguntas que surgirem para a próxima geração.

Próxima imagem. Desculpem, é a anterior. Aqui temos uma breve imagem de outras políticas, que tem a ver com diferentes momentos, diferentes alcances ou escopos. E é bom ver como se conecta o gTLD com os novos gTDLs. E as mudanças alcançam a todos os domínios, mas o ccTLDs não estão no alcance que tem a ver com a execução. Então alguns países tem o contrato com o governo, e alguns realmente não. Então é necessário uma política pública do GAC para que se possa implementar em todas as unidades constitutivas.

Próxima imagem. Esses são os detalhes das perguntas para o RDS da próxima geração. Mais ou menos diz o mesmo, tem a ver com o objetivo dos usuários, quem pode ter acesso aos dados do registro, o acesso que chamamos de gated. Quais os passos que se podem tomar para o acesso aos dados de cada usuário, a precisão dos dados, proteger a privacidade do outro.

Então, nos países, por exemplo na Tailândia, há pessoas que tem um nome de domínio, INTERPOL, a polícia da Suécia quer ir a essa parte legal desse novo contato, como podemos saber então se é legível para ter acesso a esse contato?

O outro tem a ver com a precisão dos dados, isso se relaciona com a escrita não românica. E, por exemplo, como temos acesso, por parte de um registrador tailandês, de entender algo que tem um registrador japonês.

Essa estrutura dos dados talvez seja um pouco técnico para o GAC quando se fala em elementos de dados. A privacidade, bom, temos que entender que a coexistência tem a ver com os sistemas legados e com a nossa assessoria permanente, também o que inclui as nossas salvaguardas para todas as categorias A, o .PHARMACY, ou coisas que o público precisa verificar, o endereço de contato, cumprimento, o modelo do sistema. Que o custo pode ser muito mais do que o dinheiro em si mesmo.

Para um grupo de trabalho, o custo tem a ver com a carga, responsabilidade, se o contato não é correto, quem vai ser o responsável por essa falta de precisão?

Depois temos os benefícios e riscos do RDS da próxima geração. Isso está incluído no PDP que vai surgir em breve.

Julia, imagem, por favor. Aqui temos 3 pontos para assinalar como seguir com o aviso ao GAC na próxima geração. Depois escolhemos perguntas que mencionamos. E o segundo tem a ver com a troca de política pública, a mudança necessária do nosso ponto de vista e também para a assessoria do GAC. E terceiro, coordenar com a GNSO.

Acho que temos o mecanismo, chamado quick-look, que Suzanne e Manal estão analisando, junto com a GNSO.

Precisamos também que nos digam como é que isso funciona. Então, esse é o resumo do nosso grupo de trabalho. E vou passar a palavra para vocês, para que possam opinar.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado pela apresentação. Todos os representantes tem a palavra. Não sei quem tem perguntas para fazer. Indonésia?

INDONÉSIA: Eu queria perguntar ao colega da Tailândia, e eu agradeço o trabalho realizado, porque fez muito pelo WHOIS. Não sei

quando que foi realizado o trabalho. Vão verificar a regulamentação de cada país? Porque cada país tem, não sei como chamá-lo, dados privados, ou privacidade de dados, sistema de segurança de dados. Alguns países tem esses dados que são abertos, outros que são fechados. Acho que isso varia de país para país.

Fizeram algum tipo de estudo pra saber como se tratam esses dados nos diferentes países? Para saber se é aberto ou fechado. Porque é geral, em alguns países, esses dados privados são fechados, por um motivo de segurança pessoal ou por segurança nacional.

CHAIR SCHNEIDER: Não sei quem gostaria de responder.

TAILÂNDIA: Esses dados são de privacidade, estamos analisando, não estamos próximos de nenhum resumo. Mas temos presente que existe um tema de segurança, e que varia de um país para outro. Alguns dos países para benefício do consumidor, tentam fazê-lo o mais aberto possível. Mas alguns países estão abertos para algumas atividades, se está num website pode gerar alguns problemas. Então isso é algo que devemos analisar.

CHAIR SCHNEIDER: Comentários? Perguntas?

NÃO IDENTIFICADO: Acho que se falou pouco do tema dos marcos da privacidade dos dados. Isso também acho que vale a pena analisar. Analisar esses pontos, porque quando falamos em temas internacionais, acho que esse é um dos grupos mais amplo de casos, estão falando de diferentes marcos que tem a ver com o OECDE europeia. Então o grupo de trabalho teria que ver os marcos de privacidade de APAC, quando a maior parte dos países está utilizando marcos de APAC dentro de suas fronteiras.

Porque também se fala em normas de fronteiras, de segurança, e estão se debatendo na APAC. Então acho que se alguns governos ficaram de acordo nisso, seria bom analisá-lo

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Alguma outra pergunta ou comentário? Muito bem.

TOM DALE: Obrigado. Para o processo que devemos seguir, pode ficar claro com o grupo de trabalho de segurança pública, vocês acham que tem uma quantidade suficiente de membros interessados, motivados com conexão ao GAC? Não sei se podemos dizer desse jeito, para participar do projeto de desenvolvimento de políticas quando se inicia cabalmente para os serviços da próxima geração? Porque a ideia é procurar mais voluntários dentro do GAC, precisamos de mais informação sobre quem

poderia participar, se envolver nesse PDP ou processo de desenvolvimento de políticas para a próxima geração, que eu sei que vai durar bastante.

Então acho que o grupo de trabalho tem vários especialistas nessa área, mas me pergunto se são suficientes. Se vocês acham que os recursos existentes são suficientes, ou há mais alguém que queira se somar ao GAC? O GAC pensa em fazer de outro modo?

CHAIR SCHNEIDER:

Acho que é boa a pergunta, mas não temos resposta agora. Acho que depois de falar com o GNSO, mais para frente, acho que dentre outros elementos, o PDP vai ser parte da agenda, e como cooperar realmente com a participação precoce.

Então, acho que nesse momento também vamos poder falar sobre esse tema. Acho que é bom também pensar em como investir os nossos recursos, tanto nesse como em outros lugares. Acho que também é importante para os nossos governos e cidadãos, e organismos implementados na organização da lei.

INDONÉSIA:

Eu quero fazer referência a essa oferta, oferecida por Tom, para que alguns membros do GAC participem no processo de PDP. Também em outros espaços futuros, que incluem também

outros espaços em novas organizações da ICANN. A isso se refere, o senhor?

TOM DALE:

Sim. Na realidade, estava me referindo ao grupo de trabalho de segurança pública, que tem muitos membros novos, nem todos são membros do GAC, mas tem muitos especialistas de organismos de proteção dos consumidores e de aplicação da lei. Mas é claro que também do GAC, todos os membros do GAC estão convidados a participar do trabalho realizado por esse grupo de trabalho de desenvolvimento de políticas. Mas está co-presidido pela Tailândia e a Comissão da União Africana.

Há grande quantidade de especialistas, peritos, e a apresentação feita aqui mostra que avançaram muito no trabalho e que são um recurso muito bom para o GAC.

Basicamente, há membros do GAC especialistas, e assessores do GAC, que participam nesse grupo. Se fez um grande trabalho até o momento.

INDONÉSIA:

Posso responder a isso? Porque no próximo mês vamos ter o IGF, no Brasil, é difícil pronunciar o nome da cidade. Vamos também ter uma reunião dos líderes de alto nível, e se olharmos o programa do IGF, grupos de trabalho, do meu ponto de vista, 2

questões basicamente. De um lado a abertura da internet. E do outro a segurança da internet.

Que sempre é um tema (inint) [01:01:50], podemos encontrar uma integração entre as 2.

E na reunião de alto nível, de líderes, também tenhamos um bom espaço para que todos os líderes escutem os diferentes processos de abertura para o futuro. E como todos vamos estar representados lá, esperamos com os nossos ministros, no Brasil, esperamos que esses ministros possam se referir especificamente a esse processo de desenvolvimento de políticas. Especialmente nesse âmbito para além da ICANN.

CHAIR SCHNEIDER: Fala Comissão da União Africana e depois Tailândia.

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA: Obrigado, senhor presidente. Queria mostrar meu acordo com o que se disse de que não temos uma resposta a pergunta sobre recursos adicionais. Vai ser muito útil a reunião que tivermos coma GNSO, pra ver em que medida tenhamos que nos envolver, e obviamente mencionar que o grupo de trabalho de segurança pública vai fazer um reunião para discutir e finalizar detalhes do seu plano de trabalho. Já fizemos muito trabalho em outras área, e essa é uma delas. Vamos apresentar esse resultado na terça.

E com relação a recursos, é necessário, também vai ser falado numa reunião privada do grupo de trabalho, que será feita no domingo à tarde. Depois vamos voltar para o GAC, para informar quais as solicitações e propostas.

Mas realmente precisamos da participação de muitos membros, principalmente daqueles que tem conhecimento.

CHAIR SCHNEIDER: Passo a palavra para a Tailândia.

TAILÂNDIA: Como Tom disse, quero compartilhar com o GAC a necessidade de que participem nessas equipes, e veem a experiência do processo de PDP sobre a tradução e transliteração, através do GAC, Podemos precisar trabalhar com base no consenso. Mas o PDP está implementado, o país pode dar a sua opinião e talvez as nossas recomendações, as que surgirem, não sejam favoráveis ao que esperamos. Mas é importante que participe-se em sistemas que são importantes para a nossa comunidade. E esse é o lugar onde sua contribuição vai ajudar as suas comunidades. É por isso que é necessário que vocês participem no processo de PDP, e assim ajudem as suas comunidades nas questões vinculadas com o WHOIS. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Os Estados Unidos tem a palavra.

ESTADOS UNIDOS

Obrigado, senhor presidente. Eu queria apenas manifestar o meu apoio para o que o Wanawit acabou de dizer. E talvez, na nossa reunião com a GNSO, devemos levar em conta. Um lembrete, que o grupo de trabalho de consulta, entre o GAC e a GNSO, trabalhou há algum tempo. Estou olhando para Olga, ela está fazendo um sinal com a cabeça, Manal também. Manal, Orga, Mark Cavell, estivemos todos ouvindo para ver como podíamos coordenar os resultados que surgem dos processos de desenvolvimento de políticas. E achamos que aqui vai ser necessário muito tempo, muita atenção, muito cuidado, para ver as perguntas detalhadas que foram apresentados.

Essa é parte da recomendação da ATRT1, estamos já basicamente a ponto de implementar todas elas. Então, é importante que se deem os recursos necessário as nossas sedes, nossos governos, com todos os especialistas que vamos ter que consultar. Queria apenas assinalar esta conexão que é necessária.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado por essa sugestão tão útil. Eu quero agora acabar esta sessão e passar a seguinte, que é a número 8 na agenda, que faz referência a solicitação de comunidades.

Já começamos a discutir este tema em reuniões anteriores, e novamente esse tema está conduzido por Mark Cavell, do Reino Unido. E nós temos o ombudsman da ICANN, Chris LaHatte, que está aqui e que está disposto a compartilhar conosco a sua experiência sobre esse ponto.

Os senhores receberam por e-mail um relatório que foi publicado pelo escritor do ombudsman, um defensor do povo, com questões referidas as avaliações e prioridades das comunidades, e a solicitação das comunidades.

Passo a palavra para Mark, para que faça apresentação do tema, que vamos tratar nesta sessão.

MARK CARVELL:

Obrigado, senhor presidente. Temos meia hora para esta sessão. E, na verdade, o tema já tem muito tempo dentro do GAC, é uma área onde há muita preocupação, algumas solicitações de comunidades que tiveram sucesso, mas são muito poucas, E também existiram problemas com o CPE, o processo de avaliação, com prioridade para as comunidades. Também muitas reclamações e críticas as solicitações que foram contestadas, agora sofrem dificuldade pela situação que ficaram. Situações de controvérsias pelos processos de leilões que estão sendo realizados.

Atualizei o relatório, o documento que preparei para a última reunião de Buenos Aires, em relação ao assessoramento que o GAC deu em oportunidades anteriores sobre esse tema. O documento também olha para o futuro, para considerar o que poderíamos dizer no comunicado, antecipando a próxima rodada. Para superar os problemas e barreiras ou dificuldades que as aplicações das comunidades enfrentaram nessa rodada.

Como já falou Thomas, o acontecimento mais recente é a publicação do relatório por parte do ombudsman, Chris LaHatte, que está aqui a minha esquerda. Então, nesse sentido, o meu documento foi atualizado e foi disponibilizado, o relatório feito por Chris, e agradecemos que Chris esteja presente aqui, para que contasse como chegou a isso, qual é sua responsabilidade quanto a investigar essas questões. E se pode resumir as suas conclusões.

E o que eu gostaria, de que levem em conta a comunidade perante uma nova rodada. Como podemos evitar a situação no qual já estivemos nessa ocasião, onde parece que as metas conforme o interesse público de promover o interesse da comunidade através desses processos estabelecidos, para a rodada atual, talvez não foram materializados.

Então, parte disso pode ser sistêmico, outra parte pode ter a ver com os procedimentos. Mas há correções que devem ser feitas a abordagem tomada, há lições que foram aprendidas, e

diferentes formas de identificar como preparamos nossas contribuições para essas revisões da rodada atual, com esse tema em especial, que acontece como os interesses da comunidade, como se promovem esses interesses e as oportunidades que temos nos nomes de domínio, de promover esses interesses enquanto continuamos ampliando esse sistema.

Então eu vou passar a palavra ao Chris, para que se apresente perante o comitê, e para que explique qual foi a abordagem que adotou para responder todas as questões que chegaram ao seu escritório. Muitas das quais correspondem com o tipo de tema que nós já consideramos aqui. Passo a palavra para Chris.

CHRIS LAHATTE:

Obrigado. Agradeço a possibilidade de falar o que eu sei. Um dos motivos pelos quais eu comecei a analisar o processo de CPE foi a forma em que opera o ombudsman da ICANN, porque compreende as funções de prestação de contas de ICANN.

E também falamos, em outro contexto, de funções de prestação de contas com a transição da IANA. Então é importante salientar que se tem a consideração dos processos do IRP, tem levado muito tempo dos grupos de trabalho, no meu escritório também. Queremos que a ICANN preste contas e assuma a responsabilidade. Quando realizamos esse tipo de processo no nosso escritório, do ombudsman, é muito diferente de outras

entidades dentro da ICANN, não tenho nenhuma faculdade para fazer nada, apenas fazer uma recomendação. Se chegarmos a opinião de que alguma coisa deve ser feita, eu informo as partes afetadas e espero que elas me escutem. Mas não tenho forma de impor a minha opinião.

No entanto, como parte da função de prestação de contas, durante as solicitações para novos gTLDs, se alguma parte interessada se aproximasse do meu escritório, preocupada pelo processo, porque foi tratado de forma injusta, ou porque alguma coisa foi realizada de forma irregular, por fora dos limites do processo, a equipe de novos gTLDs da ICANN trata essa informação de forma tal que a solicitação fique em espera até esclarecida a questão.

Por diferentes motivos, chegaram as minhas mãos, reclamações ou críticas vinculadas com uma série de solicitações. Infelizmente eu não consegui fazer muita recomendação que ajudasse. Mas o que me preocupa é que ficaram em aguardo essas solicitações, enquanto se analisava a situação. Isso fica no contexto, o fato de que alguns solicitantes estão utilizando os sistemas de prestação de contas para explorar toda a forma possível o obter acesso a esses nomes.

Eu não quero ser crítico deles aqui, mas passaram no meu escritório um processo de reconsideração, e outro de IRP. Isso significa que os solicitantes tiveram o processo suspenso

durante muito tempo. E não precisa mais mencionar a questão do .AFRICA para que entendam como ficou suspenso todo esse processo.

Estou tentando explicar motivos pelos quais eu queria ver o manejo da ICANN, das solicitações de EIU, e as solicitações das comunidades também. Isto não afeta o processo de solicitações porque não afeta um solicitante em especial. Então se eu analiso as solicitações, não há um impacto direto.

Então, no ano passado, eu solicitei permissão para o Board para fazer alguma coisa a respeito. Foi a única vez que eu tive que pedir permissão. Então assumi a tarefa de analisar essa solicitação. E semana passada publiquei o relatório definitivo.

A intenção era falar com a comunidade e dizer, por favor, façam seus comentários, porque me interessa o tema. Eu não vou falar aqui do relatório, porque os senhores já receberam. Mas ali, basicamente, se refletem as reclamações feitas pelos solicitadores e a comunidade em geral quanto ao processo.

Eu vou fazer alguns comentários gerais. Eu acho que não tínhamos uma ideia clara sobre qual era o propósito de ter solicitações das comunidades. E existiram algumas falhas básicas em várias dessas solicitações, porque muitos utilizam uma frase utilizada nos Estados Unidos para mostrar que é muito boa a ideia de que as comunidades participem nesse

processo e que tenham um novo gTLD. Mas quando pensamos em por quê uma comunidade gostaria de ter novos gTLDs, surgem muitas outras perguntas, e houve muito debate a respeito.

Na verdade, não houve uma filosofia detalhada que mostrasse porque devíamos dar prioridade as comunidades nestas solicitações. E isso provocou a maior parte dos problemas que surgiram.

Em termos gerais, na minha opinião, o processo funcionou relativamente bem. Existiram sim alguns pequenos empecilhos quanto a algumas solicitações, pelo material apresentado, como no caso de .GAY. Mas além disso existia um processo minucioso realizado pela EIU, e pelo pessoal da ICANN que participou dele. Mas a EIU, associação de usuários de internet, destacou que a pena poderia ser recomendada, de aprovar uma solicitação ou não para a ICANN. Mas não que não podia ser estabelecida a decisão final para o comitê do novo gTLD.

Esse comitê aprovou cada uma das avaliações da EIU, isso deveria nos surpreender, porque é um órgão que cumpre um processo muito profissional.

Mas esta é uma resenha geral do que aconteceu. E com prazer eu vou discutir qualquer outro aspecto do relatório, ou aquilo que eu fiz com todos esses casos.

MARK CARVELL: Obrigado, Chris, por esta descrição que fez do fundamento da sua própria missão de investigação. E dos elementos chave das suas conclusões.

Um dos pontos que eu quero verificar, e que tem a ver com a EIU, que é a Unidade de Inteligência e Economistas, ver se esse processo, que você confirmou, que foi suficientemente transparente, e se deveria existir alguma oportunidade de apelação. Eu não sei se existiu alguma consideração a respeito, que tem a ver com a transparência, as críticas que recebemos dos solicitantes que não sabiam o que estava acontecendo, e como podiam responder.

CHRIS LAHATTE: Falei com diferentes solicitantes sobre a transparência. Alguns estavam muito satisfeitos com o processo, e outros bastante preocupados. Devemos fazer uma distinção entre o que realiza a EIU, como unidade, com o que tem a ver também com a semelhança da cadeia de caracteres, e outros tribunais. Há alguns tribunais que tem a ver com as solicitações jurídicas ou não. É um processo, tipo o de arbitragem.

Em geral, quando se fala da arbitragem, há apresentações que se fazem a árbitros conhecidos e que se publica os resultados. Por outra parte, a avaliação da EIU era uma relação bastante

restrita, a gente falava de uma relação ponto a ponto, que é muito diferente num processo geral, que pode acontecer em qualquer outra arbitragem. É por isso que esse processo de pesquisa e análise não enquadra dentro de um processo jurídico, como o da arbitragem.

Mas, isto dito, acho que podemos desenhar um processo que seja um pouco mais aberto, para que as pessoas saibam o que está acontecendo, como acontece, e que tipo de coisas esta unidade está fazendo. Porque quando analisamos os documentos, pode ser analisado no website da ICANN, podemos ver as bases nas quais opera essa unidade. E pelos quais se realizou a investigação, pesquisa e análise.

Então, por si só, é transparente. Mas pode parecer um pouco fosco pelo website da ICANN, que não é necessariamente o mais amigável para encontrar uma informação.

MARK CARVELL:

Obrigado. Sim, obviamente, é um elemento que temos que levar em conta quando falamos de transparência. Só mais um ponto que eu gostaria de verificar antes que meus colegas possam fazer suas perguntas e comentários, porque temos apenas 10 minutos.

Eu mencionei a perspectiva bastante escura, de que os solicitantes de comunidades se encontrem em conflito

atualmente, e a única solução seja ir a um leilão. Isso eu já mencionei no começo. Eu acho que é difícil. Eu não sei qual é a sua perspectiva a respeito. Eu posso falar de um aspecto que eu acho que é muito difícil para alguns solicitantes nessa situação. Poder ter os recursos, os patrocinadores, assistência, durante o processo de leilão, se é que eles tem que cumprir os compromissos exigidos na primeira solicitação.

Eu não sei se esse foi um ponto que chamou sua atenção. Eu acho que pode ser utilizado um termo em inglês, onde tem a ver com (double whammy) [01:53:35], ser flexível na política. Porque há um compromisso com a solicitação original, realizada nesse processo de avaliação. E as diferenças dos solicitantes comuns podem existir uma situação de conflito.

Então, quais podem ser as consequências desses conflitos levando em conta o processo de leilão? Eu não sei se houve alguma análise a respeito.

CHRIS LAHATTE:

Sim, o solicitante de comunidade pode solicitar mudança na solicitação, não é um processo simples, mas algum solicitante de comunidade tem que ir ao leilão, e se considerar prejudicado pela limitação da solicitação apresentada, como solicitação de comunidade, pode então considerar alguma coisa que melhore à solicitação.

Mas obviamente devemos ver como funciona um processo de leilão. É um processo que pode ser bastante simples, e quem coloca mais dinheiro é aquele que ganha. Então, talvez não leve em conta qualquer ajuste que pode fazer a solicitação original, se a pessoa não tem o dinheiro, não vai poder ganhar o leilão.

MARK CARVELL:

Alguém tem algum comentário? Pergunta? Olof?

OLOF NORDLING:

Muito obrigado. Eu queria completar esse panorama geral, enquanto pensam nas perguntas. Também existe um procedimento de objeção de comunidade, sem importar se pedem uma cadeia de caracteres em particular ou não. E isso foi um tipo de solicitação de arbitragem que precedeu a avaliação com prioridade à comunidade. Quando existe um solicitante, então o solicitante real que impediu ou apresentou uma solicitação à comunidade, que está em conflito com outros solicitantes que pedem uma cadeia de caracteres idêntica ou confusamente similar. Para dizer que são 3 passos, primeira a objeção da comunidade, depois avaliação com prioridade da comunidade a se aplicar, e, finalmente, se não funcionarem essas 2, está o leilão para fazer uma solução final a esse problema das cadeias de caracteres em conflito.

MARK CARVELL: Obrigado, Olof. Porque realmente isso foi uma informação adicional, para entender muito bem qual o processo disponível. Acho que a Comissão Europeia quer falar, e também a Rádio de Fusão Europeia. Começamos então com a Comissão Europeia, depois com a outra.

COMISSÃO EUROPEIA: Obrigado, Chris LaHatte pelo relatório. Sei que muitos membros do GAC estavam preocupados com esse processo, e muitos de nós também tínhamos queixas, reclamações, críticas sobre esse processo. Então a avaliação feita pelo ombudsman dá mais clareza sobre quais as condições. Bem como identificar um processo futuro, se existir algum, que possa ser melhorado.

Eu penso que, da perspectiva do GAC, é isso que devemos analisar agora, como fazer com que o processo no futuro, se existir uma nova rodada de gTLD, possa ser melhorado em relação aos solicitantes de comunidade. Acho que é uma área, isso se reflete no documento e nos documentos que utilizamos como antecedente para esse ponto da agenda, nos aspectos que tem a ver com a política pública, com as comunidades que são de interesse para o GAC, são áreas que devemos enfatizar no futuro.

Quero parabenizar então, eu sei que não podemos fazer muito mais nessa rodada atual. Mas o que percebemos é que não

estava bem, mas acho que o documento é muito útil e nos mostra quais as áreas que podemos melhorar para o futuro. Muito obrigado.

MARK CAVELL: Obrigado, Comissão Europeia. Obrigado, Megan. Giacomo, da Rádio da Fusão Europeia.

RÁDIO DE FUSÃO EUROPEIA: Eu tenho alguns dados que quero mostrar a Chris LaHatte, e mostrar certa reação. Porque acho que esses dados não estão bem refletidos na conclusão final, e na recomendação. Principalmente com base no que disse a União Europeia, como sugestão para o futuro. Acho que isso falta na versão final do relatório. Nós dissemos que a comunidade da ICANN tinha interesse particular em 2 tipos de solicitações, o último domínio de TLD que tinha a ver com nomes geográficos e comunidades.

A taxa de sucesso dos nomes geográficos é de 85% aproximadamente, além de algum caso dos que conhecemos. E vamos falar depois. Mas o caso das comunidades, falamos de um índice de êxito de menos de 25%. Então, teríamos que estar mais próximo de 20 que de 25. Quer dizer que quase 85% foram rejeitadas. E na semana passada tivemos o .GAY, que foi rejeitado pelo critério dos nexos, que tem a ver com a vinculação e representação da comunidade em todo o mundo. No mundo

onde 60 países, o .GAY pode ser considerado legal, porque não é um delito. É um problema sobre o que significa nexo. E como podemos aplicar esse critério a casos específicos.

Considerando esses 20%, 25, considerando como um índice baixo, nenhum dos aprovados está operando, 3 anos depois de ter lançado a nova rodada deles, porque todos foram aprovados por um processo de aprovação de CPE. Houve um processo de reconsideração no CPE e no IRP.

Então, se olharmos para além desses 80%, esses 80% tem a ver com a solicitação da comunidade e nomes geográficos de TLDs. Essa não é uma prova de que alguma coisa esteve mal no processo? E porque eu acho muito evidente, como é possível que no relatório não se diga absolutamente nada. Porque acho que há uma possibilidade de melhoria para a próxima rodada de gTLD. Muito obrigado.

MARK CARVELL:

Obrigado, CBU. Chris, quer responder a isso?

CHRIS LAHATTE:

Bem, eu não tive nenhuma dúvida no uso das outras funções e responsabilidade da prestação de contas. Não há dúvida de que há pessoas que fizeram a sua apresentação, usou as suas funções, e disse que houve abuso de funções. Mas diz que quando criamos um sistema complexo de solicitações, quando

há tantos processos jurídicos, se deve ter cuidado com o que é a que a gente deseja, porque vai obter uma coisa que teriam as pessoas, a possibilidade de continuar com esses processos jurídicos.

Na minha visão, acho que teria que haver uma apelação no que se refere as similitudes nas cadeias de caracteres, sobre as objeções das comunidades, e decisões sobre direitos jurídicos mais precoces. Porque isso teria possibilitado uma revisão. Mas não ajuda as solicitações da comunidade atravessar o processo de CPE, porque temos uma estrutura da ICANN que permite o uso da reconsideração e permite o uso do processo de revisão.

Também muitas pessoas estiveram apostando nesse sistema, pelo uso dos processos, não posso fazer comentários a respeito porque não sei porque tomaram essas decisões. Eu apenas informo e manifesto suspeitas. Mas se tem a possibilidade de utilizar uma apelação ao processo de prestação de contas, se colocam muito dinheiro para gerar uma solicitação, é óbvio que vão utilizar esses processos. É muito difícil criticar as pessoas por fazerem isso.

Talvez, o que teríamos que fazer, é abordar a velocidade com a qual podíamos avançar nesse processo. E, por exemplo, o processo de IRP pode ser aborrecidamente lento em particular.

Dentre outras coisas, também trabalho como árbitro em algumas oportunidades, e tenho a minha visão bem clara do que é gestão das causas na arbitragem. As vezes se podem dar impulso a algumas coisas no processo de arbitragem, principalmente em temas como a tentativa de ter testemunhas, por exemplo, ou na parte de apresentação de documentos. Mas vocês sabem que os advogados querem fazer o melhor para garantir o sucesso dos seus clientes.

E em todos os sistemas, temos que considerar que é o que se estabeleceu em geral, e que pode ser injusto. Se podemos recorrer a um IRP, e lhe pareceu injusto, e não está contente, é necessário considerá-lo para a próxima rodada. É muito difícil criticar as pessoas por utilizarem sistemas que estavam implementados. E o que tentaram forte era vantagem estratégica.

MARK CARVELL:

Thomas, vejo 2 pedidos de palavra. E podemos continuar antes de terminar a sessão. O Conselho da Europa e Suíça. Conselho da Europa, por favor.

CONSELHO DA EUROPA:

Patrick Pennings. Eu acho que o que se deve considerar realmente nesse caso é uma perspectiva mais global de todo o tema. A perspectiva dos direitos humanos, por exemplo,

proteção das minorias, proteção da liberdade de expressão, e as consequências que essas decisões vão ter sobre a capacidade das diferentes comunidades e vão ser representadas nos nomes de domínio.

É um tema crucial, porque, obviamente, em definitivo, se o que conta apenas é o dinheiro, existe uma grande preocupação pelo interesse público. E a defesa dessas diferentes comunidades, acho que é importante procurar mecanismos para as próximas rodadas, para proteger com mais decisão, e melhor, as comunidades desse sistema de leilão, onde podem tirar nomes de domínio que realmente precisam proteger diferentes comunidades dentro do sistema de domínios de internet.

MARK CARVELL:

Obrigado, Conselho da Europa. Um ponto muito válido, no que tem a ver com o interesse público e o nosso interesse para ver o que acontece com os direitos dentro de todo esse tema, direitos das comunidades e direitos humanos.

Suíça, não sei. Olga, queria responder? Não? Então, Suíça e depois passamos pra Argentina.

SUÍÇA:

Obrigado, Mark. Vou ser breve. Acho que se entende que o relatório do ombudsman se cumpre limitado pelas normas, pelo que é, mas aqui se deveria falar sobre o que deve ser a seguinte

rodada, o que deveria ter acontecido. Essa tem que ser a nossa perspectiva, e eu acho, tenho a sensação de que o objetivo das solicitações apresentadas pela comunidade, tem a ver com a diversidade, e acho que não teve sucesso nessa rodada.

Esse é um fato, devemos lembrá-lo, ter presente, e ver quais os elementos, as estruturas de incentivo dentro do marco que se estabelece, porque tivemos 14 dos 16 pontos que terminaram em leilões, leilões privados. Então fica muito claro que os atores comerciais tem uma vantagem sobre os que não são comerciais. Devemos analisar isso e tomar alguma ação a esse respeito. Eu acho, porque o interesse público é o que está em jogo aqui.

Acho que devemos pensar nisso e procurar solução factíveis, para garantir que isso não aconteça em rodadas futuras. E que estabeleçamos os incentivos certos para garantir que se cumpra com o interesse público nesse caso.

REINO UNIDO: Obrigado, Suíça. Muito bem dito, passo a palavra para Olga.

ARGENTINA: Obrigado. Quero apoiar os comentários feitos pelo Conselho da Europa e Suíça. Quando trabalhamos no grupo sobre a proteção dos nomes geográficos e novos gTLDs, vimos que isso se relaciona com o que foi falado aqui, e que o interesse público tem diferentes significados do âmbito da ICANN. Para nosso

país, o interesse público é da comunidade e do nosso povo. Então, teremos que trabalhar para melhorar e aperfeiçoar o que falamos quando falamos do interesse público. Porque as vezes depende com quem estamos falando. O significado que adquire nesse âmbito.

REINO UNIDO:

Obrigado, Olga. Temos que encerrar, quero agradecer o Chris por estar aqui conosco, sei que tem uma agenda muito ocupada, então agradeço por ter estado aqui com sua perspectiva e resumir os pontos principais do relatório.

Como disse no início, tenho algumas ideias do que podemos dizer sobre esse tema tão importante no nosso comunicado, perante as próximas rodadas. Poderemos discutir isso mais para frente.

CHRIS LAHATTE:

Agradeço por ter me dado a oportunidade de poder falar desse tema com vocês, e também por todos aqueles que fizeram apresentações sobre esse tema no meu escritório, isso foi muito útil, de grande ajuda. E espero que levemos ao próximo guia do solicitante para a primeira rodada.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado aos 2 e por todos os que participaram do debate. Como disse Mark, agora devemos pensar como avançar,

considerando esse documento atualizado. Acho que deveríamos ter um texto no comunicado, que volte a mostrar a nossa preocupação com base na proposta delineada por Mark e seus documentos.

Poderemos adicionar algo, a secretaria, eu pediria que faça mais uma coisa para colocar no rascunho do comunicado, que depois iremos conhecer, para poder ver o texto concreto. E esperamos não dedicar muito, mas um pouco para formular essa mensagem que queremos enviar, e de maneira aceitável para todo o GAC, que reflita todo o debate que houve aqui.

Ainda temos 19 minutos do café, acho que novamente vai estar aqui. Da última vez, vários, inclusive eu, fomos fora procurando café e percebemos que não havia café fora e estava aqui dentro. Os que chegam hoje a essa reunião, saibam que o café vai ficar dentro da sala. Muito obrigado.

[Coffee Break]

CHAIR SCHNEIDER: Claro que é maravilhoso manter conversas aqui no recesso, mas peço, por favor, que voltem aos seus lugares para continuarmos com a nossa agenda. Ordem, por favor, na corte. Por favor, sentem que vamos continuar então. Vamos continuar com nossa reunião. Há muitos assuntos ainda para tratar no âmbito formal. Por favor, ocupem seus lugares.

Muito bem. Vamos continuar com o ponto 9 da agenda, que corresponde ao grupo de trabalho de nomes geográficos do GAC. Mas antes quero passar a palavra ao Tom que tem um anúncio para fazer.

TOM DALE: Obrigado, Thomas. Enquanto vão ocupando seus lugares, vão sentando, eu quero lembrar pra aqueles que não estiveram ontem aqui, que na nossa busca de ter um registro mais exato e eficiente daqueles que estão presentes na reunião, anunciamos ontem que deixem o seu cartão, ou coloquem os seus dados perto da porta, aqui no recipiente que habilitamos para isso, vão poder participar do sorteio de um prêmio. Então por favor coloquem seu cartão aí, para sabermos que estiveram aqui.

Em segundo lugar, para poder ganhar talvez um prêmio maravilhoso. Obrigado, Thomas.

CHAIR SCHNEIDER: Por favor, coloquem seus cartões pessoais, caso não tenham, também temos pequenos papéis para criar novos cartões. É muito importante pra nós essa ajuda, porque vamos fazer um acompanhamento daqueles que estiveram presentes na reunião, que é aquilo que nós queremos.

Vou passar a palavra agora a Olga, que vai presidir o grupo de trabalho do GAC, que se ocupa dos nomes geográficos. Olga?

OLGA CAVALLI: Obrigada, senhor presidente. Bom dia para todos. Nesta sessão vamos falar do avanço que foi conseguido no grupo de trabalho de nomes geográficos, e é bom ter falado das solicitações das comunidades antes, porque há uma parte da informação sobre conflitos e objeções apresentados na primeira rodada dos gTLDs, que servem como complemento para o que vamos discutir nesta sessão.

Antes de explicar o que fizemos, eu gostaria de dar uma informação de referência ao nosso grupo, porque temos novos grupos, novos membros no GAC, outros que talvez não estejam acompanhando de perto o trabalho que fazemos.

Então passemos o primeiro slide. Depois da reunião de Durban, e da redação do comunicado de Durban, ali, nesse comunicado, houve uma referência explícita que o o GAC trabalharia com a ICANN e com a comunidade para evitar os mesmos conflitos

apresentados nessa rodada de gTLDs, e para aperfeiçoar as regras para as próximas rodadas de novos gTLDs. Porque apareceram alguns conflitos quanto a nomes, relacionados a nomes geográficos, algumas comunidades que utilizavam esses nomes como novos gTLDs, que eram solicitados, não necessariamente pelos países envolvidos nessas regiões. E isso gerou alguns conflitos.

Então o grupo de trabalho começou as suas funções depois da primeira reunião, depois de Durban, que foi em Buenos Aires, em 2013, e desenvolvemos vários documentos. Um deles é um rascunho preparado pelo grupo de trabalho que não foi avaliado por todo o GAC no conjunto. Mas pelo membros do grupo de trabalho, foi submetido ao comentário público, uma coisa bastante duvidosa dentro do GAC, e recebemos vários comentários.

Apresentamos depois disso esses comentários na reunião de Cingapura, e preparamos um resumo dos comentários recebidos, que já foram incorporados a nova versão do rascunho do documento sobre o qual trabalhamos.

Quais são os objetivos do grupo de trabalho? Mais uma vez, eu acho que é necessário mencionar a sessão que tivemos antes do recesso. A nossa intenção é a de reduzir a incerteza, para diferentes interessados, vinculados ao processo dos novos

gTLDs, tanto para os solicitantes como para os países e também as comunidades.

Pessoalmente eu gostaria de ver outros casos de sucessos, e nem tantas reclamações e objeções, essa seria minha intenção, meu desejo. Esse é o objetivo que esse grupo de trabalho persegue. Eliminar um pouco a certidão e ter mais sucessos e menos objetivos. Evitar prevenir o uso indevido de nomes, que são necessários para os nomes, e nomes que estão incluídos nas listas oficiais do ISO, das Nações Unidas. Nessas listas que se menciona especificamente no primeiro guia do solicitante. Esses nomes, que são importantes para aquelas pessoas que moram nas regiões ou naqueles países, e comunidades. Mas que não necessariamente aparecem em listas oficiais, as quais poderia fazer referência no documento específico, e poderia ser talvez a referência para o solicitante.

Também diminuir os conflitos, uma vez que os resultados da nova rodada dos gTLDs são anunciados, isso é o que eu falei antes. E também ter informação de referência para a ICANN e para a GNSO, para aqueles que trabalham desenvolvendo políticas para as novas rodadas de novos gTLDs. Então, esses são os novos objetivos do nosso grupo de trabalho.

Se querem saber quem se integra nesse grupo de trabalho, essa informação está na parte do website do GAC, que é de uso

privado, não na parte pública, precisam de nome de usuário e senha para acessar. Se não tem podem pedir para a secretaria.

Passamos ao seguinte slide. Depois da reunião de Buenos Aires, na reunião de Buenos Aires foi aprovado o termo de referência do grupo de trabalho, na reunião realizada no meu país, e daí em diante o primeiro passo foi desenvolver um plano de trabalho. E elaboramos esse trabalho com o grupo de trabalho, recebemos comentários até alguns dias atrás. E eu vou dar depois uma ideia de qual é a intenção desse plano de trabalho, também dos passos a seguir e os comentários que recebemos. Os comentários dos senhores também serão bem vindos para poder melhorar nosso trabalho.

Um dos objetivos que temos nesta etapa é de produzir alguns resultados e informação que obtivemos a partir de diferentes documentos e comentários recebidos pela comunidade. E incorporá-los no processo de trabalho que serão desenvolvidos com a nova rodada de novos gTLDs, seja dentro da ICANN, ou do PDP, da GNSO, que está começando.

Esses resultados, essas ideias, melhores práticas, já estiveram presentes antes. Estamos falando delas agora, e falamos também desses temas na sessão anterior. Como poderíamos aplicar essas ideias num documento para que a ICANN e as partes interessadas possam entrar em contato previamente de forma de diminuir o grau de conflito que poderia se produzir

depois daquela apresentação. Então, nós queremos apresentar essa recuperação de experiências da primeira rodada. Isso surgiu nos comentários há alguns meses, e também encontrar um equilíbrio, isso é muito importante. Porque os comentários que recebemos apareceram muitas preocupações de caracteres de questões legais, quanto a que há muitos nomes que não estão especificamente protegidos, são enumerados, e nenhum regime oficial do ISO, ou das Nações Unidas, ou de alguns países. E é uma preocupação justa do ponto de vista legal. Mas também pensamos que é justo para os países e as comunidades que possam ter o direito de dizer, este nome é importante para nós. Porque há milhões de pessoas que vivem na Patagônia, e vale a pena escutar o que eles tem para dizer e por que querem preservar o nome.

Devemos equilibrar essas questões legais que algumas comunidades manifestam, e os seus interesses nacionais ou regionais. Isso é o que estamos tentando conseguir.

Como já foi mencionado na sessão anterior, também falamos do interesse público. E queria agradecer a ACIG, especialmente a Michelle, que não está conosco aqui, mas está no mundo virtual, porque nos ajudaram a encontrar a definição de interesse público dentro do âmbito da ICANN.

Nós consideramos que a ICANN está trabalhando em prol da estabilidade e a flexibilidade da internet. Isso está certo. Mas não

encontramos uma definição específica do que é interesse público dentro do âmbito da ICANN. Em especial referido ao uso desses novos termos, e das novas rodadas de gTLDs. Isso é uma coisa no qual podemos trabalhar. Escutei que se falou desse interesse de conceito público na sessão anterior, e a minha interpretação desse conceito é que se referiram interesse das comunidades, o interesse dos povos, dos países, das pessoas que moram em determinado lugar. Mas, da parte da ICANN, poderia ter um significado diferente. Poderia significar ou ter outra conotação, pode-se falar em investir dinheiro para desenvolver um negócio, utilizar o nome de gTLD, e ter direito sobre esse nome de forma legal.

Então, isso também pode constituir o interesse público, e isso devemos defini-lo. Caso contrário, podemos enfrentar as dificuldades dentro do processo.

Passemos ao seguinte slide, por favor. Eu sei que isso é horrível, que não podem ler porque há muito texto para um único slide. Mas como eu sei que alguns de vocês utilizam ou utilizaram essa apresentação de Power Point como referência, eu incluí. Essas são as melhores práticas que nós desenvolvemos no nosso grupo de trabalho. Em termos gerais, o que essas boas práticas tentam é chegar a uma aproximação precoce sobre o solicitante, e o país envolvido no interesse. E também, do ponto de vista do

solicitante, a perspectiva ou a difusão externa da perspectiva da ICANN, é uma questão.

Se nós olharmos e vemos a solicitação das comunidades, da primeira rodada dos novos gTLDs, vão ver que a solicitação da África e da América Latina são muito poucas em contrapartida com as recebidas pelos Estados Unidos, da Europa e da Ásia.

Eu falei com muitas pessoas na Argentina. É muito difícil explicar o que é um gTLD. Não é fácil, eu sei, é necessário tempo para entender esse conceito, há muita informação por trás. Talvez algum incentivo de tipo econômico. Então a ICANN deveria trabalhar para ampliar seus esforços de difusão e extensão. E também a participação nessas comunidades, que há muitos países que estão no GAC, porque estamos aumentando o número. Mas talvez não tenha uma participação tão ativa na hora de apresentar as preocupações sobre o que está acontecendo com os nomes, que são de interessa particular.

E também foi um pouco difícil ver que existiram comentários de parte dos governos onde o processo foi um pouco complexo, não foi muito eficaz. É muito longo, levaria muito tempo para explicar tudo. Mas acho que deveríamos melhorar o processo.

Então eu deixo esse slide aqui para que os senhores leiam no detalhe. Mas esses são os pontos mais destacados.

Eu estou participando da ICANN há vários anos, e tenho vários conceitos de melhores práticas. As vezes essas listas são apenas desejos ou aspirações, e na verdade não refletem o que acontece na prática.

Alguns colegas que trabalharam comigo em 2007, que estão na sala, acabaram com essas regras. Suzanne, a senhora esteve comigo, marcamos as regras do GAC para os novos gTLDs. E levou muito tempo. Na verdade não vi que nosso trabalho teve um impacto nos resultados ou nas consequências das primeiras rodadas de novos gTLDs. Se dizia que o solicitante devia entrar em contato com os países das regiões, e isso não aconteceu. Mas como podemos fazer valer esse ponto? Podemos exigir ou é apenas um desejo? Esse princípio. O solicitante pode seguir os desejos que nós solicitamos numa lista, como se fosse uma melhor prática? Ou isso apenas fica com uma coisa que é uma aspiração manifestada através de um documento?

Este slide tem um extrato muito conciso de algumas das preocupações de natureza jurídica que nós recebemos como forma de comentário quando disponibilizamos nosso rascunho. Que como eu já falei, não é um documento do GAC, mas é um documento em versão rascunho do grupo de trabalho. É importante diferenciar isso.

Alguns comentários diziam que da perspectiva legal, os governos não tem direitos exclusivos sobre os nomes geográficos ou de

países. Para ter esses direitos será necessário o novo direito internacional. Porque os direitos de marca comercial são legais e existem fóruns internacionais atualmente para resolver os conflitos vinculados com as marcas registradas. Os nomes geográficos podem ser utilizados como marcas comerciais, onde só acontecem dentro das fronteiras. Os estados podem reclamar o interesse nacional em detrimento do direito proprietário das marcas comerciais. E os estados soberanos não tem direitos sobre o uso dos nomes geográficos fora das próprias fronteiras.

Aqui, do ponto de vista legal, alguns países pensam que temos que encontrar um ponto de equilíbrio entre essas preocupações e o interesse dos nossos povos. Então como podemos fazer para revolver esse ponto? O que acontece com o interesse público? Eu disse que não encontramos uma única definição de interesse público dentro da ICANN. Eu lembro de estar numa sessão do fórum público, em Toronto, se não estou errada, estava esperando para fazer uma participação, eu fiz uma reclamação sobre a Patagônia. Eu fiz uma referência do interesse público, e a pessoa que falou depois de mim, era um solicitante que disse pra mim que o interesse público é conseguir a solicitação, e eu vou usar a lei para que me apoie.

Então, tínhamos 2 posições diferentes, o que nos leva a um problema. O que nós queremos então é ter a menor quantidade de conflitos dentro do próprio país e também dentro da ICANN.

Então talvez nós possamos trabalhar para tentar definir o que significa o interesse público, especialmente do ponto de vista dos nomes geográficos e dos nomes de comunidades. Julia, podemos passar para o outro slide?

Esses são alguns comentários que recebemos sobre este plano de trabalho que acabei de resumir. EBU enviou um comentário interessante, sugerindo que considerássemos ampliar as listas do ISO. Eu lembro que quando começamos a trabalhar com esse grupo de trabalho, falamos a respeito. As listas do ISO são difíceis de manter. Ontem eu soube que tem um custo muito alto manter essas listas. E o que significa também, algumas questões de orçamentos, que são importantes.

Então vamos explorar outras fontes com Giacomo, como por exemplo o grupo de especialistas das Nações Unidas, sobre nomes geográficos. A última vez Giacomo esteve lá fazendo uma pesquisa a respeito. Então suas contribuições são muito importantes.

Tivemos também comentários do Peru e do Chile, que eram bastante extensos, mas eu resumo aqui numa única frase. Que devemos ir a outra fonte de informação, como a WIPO, como UNESCO. Milagros está aqui, nossos colegas do Chile também. Então talvez depois eles queiram das maiores detalhes a respeito. Os colegas da Austrália e dos Estados Unidos indicaram que o grupo de trabalho devia responder os comentários

recebidos pela comunidade. E esse comentário chegou a pouco tempo. Então eu agradeceria que esclareçam como deveria proceder o grupo de trabalho nesse sentido para entender como podemos avançar no trabalho.

E a Austrália fez um comentário com respeito a solicitação das comunidades, se elas deveriam ser incluídas no alcance do grupo de trabalho ou não. Eu acho que o grupo de trabalho se centra nos nomes geográficos. Esse foi o mandato que recebemos a partir do assessoramento do GAC. Mas, de alguma forma, a superposição entre essas 2 áreas. Então, é possível que em algumas análises encontremos também referências as comunidades.

Acho que vou parar por aqui, e que vou receber os comentários que os senhores tenham, que se refiram ao plano de trabalho desenvolvido por nós. E depois que foram aceitos nossos termos na reunião de Buenos Aires. Então vou fazer uma lista de intervenção. Milagros primeiro, do Peru. Me ajudem. Índia, Estados Unidos. Muito bem, Milagros, por favor.

PERU:

Eu prefiro falar em espanhol. Com relação a proposta que a Olga alcançou, que fez um resumo realmente maravilhoso para a quantidade de informação que existe. Em primeiro lugar, eu queria comentar a sugestão com que coincidiram meus colegas

do Chile. Em primeiro lugar, com relação a aproveitar no que vai se avançando em outros fóruns internacionais, com relação a esse tema. Embora não haja uma temática suficientemente avançada, existe no sentido de que há debate, há discussão. Uma discussão que aos poucos vai oferecendo resultados. Se considerarmos que a jurisprudência internacional, o direito internacional, vai se fazendo aos poucos, e através do debate, estaríamos muito mal se a ICANN decidisse ignorar os avanços que vão se dando no marco de outros fóruns internacionais. Isso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, na relação de observações que eu vi num dos slides do Power Point, se menciona de maneira reiterada a referência, a marca registrada, ao trademark. O problema não é um trademark, o problema aqui é a comunidade que está por trás desse trademark. E esse é o ponto que leva a ICANN, em primeiro lugar, a incorporar dentro do seu manual para atribuição de novos nomes de domínios, internet, o conceito de indicador geográfico.

A proteção de uma comunidade. Se essa proteção dessa comunidade coincidir com o trademark, bom, o problema não é o trademark, não devemos perder isso de vista, o problema é a comunidade.

Aconteceu comigo no aeroporto de Amsterdam, que estava perante uma pessoa que tinha uma mochila com uma marca que

se chama Quecha. É uma marca francesa, me explicou o dono da mochila. Quecha não é apenas uma língua, é uma linguagem falada em todas as comunidades indígenas, andinas, dos países que tem Cordilheira dos andes. É também uma etnia, é chamado de Quecha aquele que fala Quecha. O Quechar falante, e o Aymara falante, e a comunidade Aymara fala Aymara, a comunidade Quecha fala Quecha.

Essas comunidades que com certeza se repete em todo o mundo, com diferentes nomes e diferentes línguas, eles não tem uma localidade geográfica designada. Simplesmente estão em toda uma região.

Então, vamos supor que no futuro a empresa Quecha, que é do origem francesa, quer registrar um domínio .QUECHA. Evidentemente, os países andinos, teriam que objetar essa solicitação de registro. E não com base num indicador geográfico, com base numa comunidade, numa etnia, que vive numa área ao longo dos andes.

Então acho que a noção de proteção a uma comunidade, deve prevalecer a noção de uma marca, ou exclusivamente atribuível a um ponto geográfico. E esses são detalhes que devemos considerar e que vão se apresentar se não os considerarmos.

OLGA CAVALLI:

Obrigado, Milagros. Agora a Índia tem a palavra.

ÍNDIA:

Essa é a primeira vez que vou falar nessa sala. Então vou me apresentar ao GAC. Eu sou Rahul Gosain, e pertenço ao Ministério da Eletrônica e Informática do governo da Índia. Sou representante autorizado do governo da Índia perante o GAC.

E quero dizer o seguinte, como o representante do GAC da Argentina disse nesta sessão, o interesse público parece ter diferentes significados no espaço da ICANN. Ao mesmo tempo, o interesse público é importante para todos os governos e adiciona valor porque tem a ver com o interesse. Podemos, nesse sentido, falar e devemos determinar qual é o interesse público. Se não existe interesse público para diminuir as incertezas que tem a ver com as partes interessadas que participam do processo de solicitação de novos gTLD. Mas a avaliação final tem que ser essencialmente caso a caso. Inclusive quando existam interesses controversas para a mesma comunidade. A avaliação deve determinar que o interesse público não pode ser vendido de outra maneira separada, com ponto de vista diferente e com outro processo.

Mas devemos harmonizar e normalizar os procedimentos que tem a ver com a licença, a permissão, a falta de objeções, os governos pertinentes na medida do possível. Isso poderia levar-nos a evitar criar, no futuro, textos que não tenham a ver com

essa autorização ou falta de objeção obtida por parte do governo em que estão.

ESTADOS UNIDOS:

Obrigado pelo oportunidade, senhor presidente, de poder compartilhar essas ideias. Muito obrigado pelos slides que nos apresentou, porque realmente isso tem a ver com alguns dos comentários recebidos do nosso experimento, porque foi um experimento útil, onde um grupo do GAC desenvolveu uma proposta. Que eu acho que também não foi aprovada completamente, sequer pelo grupo do GAC. Mas foi interessante passar essa pesquisa para a comunidade, para receber as contribuições. E recebemos propostas muito interessantes.

Da nossa perspectiva, interpretando os comentários, a maior parte deles colocaram algumas perguntas bastante interessantes. Muitas tem a ver com o sustentamento jurídico, por chamá-lo de alguma maneira das propostas, dentro desse documento em particular, da nossa perspectiva. É muito difícil ver como podemos continuar sem abordar esses comentários. Sem responder as perguntas que foram colocadas como base para as propostas que estavam no documento.

Realmente estou contente que a Olga mencionou os princípios de 2007, porque muitos que estão aqui na sala não estavam naquela altura. Mas acho que estamos esquecendo isto.

Olhando para Hubert, o colega da Alemanha, por enquanto geramos o painel de comandos dos novos gTLDs, que havia muito sobre a proteção de nomes geográficos. E nesse momento a Alemanha era quem fazia a redação. E eu acho que alguns dos desafios que esse grupo de trabalho está enfrentando tem a ver com esse interesse, como disse a Índia, que sugeriu ter uma abordagem estandarizada, ou como é sugerido no guia do solicitante, e que existiu também no GAC, a previsibilidade de um processo para aplicar nos novos gTLDs.

Então nós temos que contar com essas possibilidade de fontes neutras, que são terceiros, com também se disse na lista do ISO. O detalhe que faz a UNESCO, nas regiões, para que as comunidades possam se referir a essas fontes externas, e saibam exatamente o que está protegido e qual o problema.

Eu também ouvi falar sobre o ISO. Também se falou do EBU, nas listas das Nações Unidas. Eu sei que o ISO é um organismo, uma organização de padronização, não gera as regras, mas vem das Nações Unidas. Então usamos aquelas validades de 2 ou 3 letras. Todos nós estamos representados no UNGEGN.

Então eu confesso que não tive tempo de consultar com meus colegas do departamento de estado para saber o que representa os Estados Unidos. Mas acho que a resposta talvez não seja a que eu queira ouvir, que não estamos criando uma nova lista,

porque tem que haver um objetivo bem claro para gerar nova lista. Sabemos que essas listas são difíceis de criar e manter.

E por outra parte, não é necessário, da nossa perspectiva, que exista um equilíbrio entre outras proteções que existem para as marcas comerciais, porque existem essas proteções para marcas comerciais. E o interesse público, que devemos definir.

Acho que o documento da Michelle, que tem a ver com ACIG, mostra o desafio que podemos gerar no futuro. E realmente não estamos totalmente convictos de que possamos enfrentar essa definição de interesse público, que pode ser usada na seguinte rodada de novos gTLDs.

Então, acho que vou encerrar dizendo que claramente entendemos que é difícil avançar. Sei abordar todas as preocupações significativas e incluídos todos os comentários recebidos. Primeiro devemos abordar isso, porque senão não sei como podemos armar esse caso sem gerar um novo direito internacional.

Acho que devemos enfrentar esse fato sem termos princípios, sem termos aspirações. Mas o tema é como implementar os princípios em normas práticas que possam ser implementadas pelas entidades que estão pedindo a solicitação de novos gTLDs.

É por isso, senhora presidente, que não sei claramente qual pode ser o seguinte ponto. É claro que quero participar do trabalho,

contribuir, mas quero lembrar que o GAC já falou desse tema, e não podemos apontar uma fonte neutra, terceira, de informação, para que o solicitante se guiasse por isso. Acho que é muito importante, porque como você própria assinalou, é necessário chegar a esse equilíbrio, temos que dar certeza ao mercado, para saber o que fazer.

E por outro lado, nós, os Estados Unidos. pensamos que devemos ter uma base jurídica bastante forte para poder fazer valer a nossa posição como governo.

OLGA CAVALLI:

Muito obrigado, Estados Unidos. Antes de passar a palavra para Suíça e Tailândia, e Alemanha também.

Estou de acordo com a senhora, acho que é um desafio. Não estou certa e queria ver o nosso presidente para ver como fazer. Não sei como o grupo de trabalho poderia responder a isso, mas obviamente procurar a forma de fazê-lo, e agradeceríamos sua contribuição.

Como já disse, e esse é um comentário pessoal, eu adoraria ter muitas histórias de sucesso e não objeções e problemas. Ao mesmo tempo, sem o painel de comando, e sem normas, em 2007, os novos gTLDs, o GAC, etc. Mas agora temos a experiência da primeira rodada, concreta, com exemplos concretos,

objeções concretas. Então, devemos ter aprendido nessa primeira rodada. Agora vou passar a palavra para a Suíça.

SUÍÇA:

Obrigado, senhora presidente, por passa a palavra para mim. Queria fazer um par de comentários. Acho que a forma que se define o termo interesse público no ambiente da ICANN é um tema recorrente. Por exemplo, existe correspondência entre o presidente do Board da ICANN e a GNSO, sobre esse mesmo tema, de 2 dias atrás, onde fica claro que se deve trabalhar de maneira ascendente, com todas as partes interessadas, para entender o que significa o conceito.

Vai ser um tema geral, que se deve debater, discutir com PDP, para a nova rodada de gTLD. Devemos ser conscientes disso, e tratar de encontrar a forma de que o GAC realmente possa fazer a sua contribuição nesse processo, oferecer as suas opiniões sobre o que é o interesse público, que também é um tema que foi identificado como problema pelo GNSO.

Seria muito útil se a partir das etapas mais precoces do processo, nós podermos participar desse PDP, com a GNSO, com o resto da comunidade. Para poder definir o que é interesse público, ou como podemos defini-lo em cada um dos casos.

A respeito desse tema, eu acho ofereci um par de vezes contribuições com o trabalho desse grupo, sobre nomes

geográficos. É uma maneira que temos de definir interesse público em ausência de listas, que foram estabelecidas ou faltam, é o direito internacional, porque aqui estamos criando políticas. Nossa forma de fazer o que é de multi stakeholders no modelo ascendente. Se não há referências claras, devemos estabelecer processos. E acho que na ICANN somos bons fazendo isso, estabelecendo processos. E esses processos tem que ser inclusivos.

Todos devemos ter a oportunidade de falar com todas as comunidades envolvidas. Tem que ter a oportunidade de falar. E também, como disse Suzanne, temos que oferecer predisciplinabilidade as partes comerciais. E ter presente a diversidade dos diferentes interesses públicos, que podem se ver afetados em cada um dos casos. Então, acho que um processo justo seria encontrar uma definição de interesse público para cada lugar.

OLGA CAVALLI:

Obrigado, Suíça. Muito obrigado pelas contribuições feitas pelo grupo de trabalho, agradecemos. Tailândia, por favor.

TAILÂNDIA:

Tailândia também quer propor uma perspectiva adicional ao grupo de trabalho. Porque acho que quando falamos dos nomes geográficos, e estamos falando do apoio dos governos, e não de

objeções. O que não fica claro no guia do solicitante? O GAC é um representante legítimo dos governos perante a Tailândia.

Então tem o caso onde se obteve o apoio e a objeção posteriormente do ministério do governo. Então quando se fala da internet, e o governo participa, qual é o ministério que deve participar nessa questão? Também se temos um ministro de indústria, que tem que enviar cartas, por exemplo ao Reino Unido. Como sabemos que é a indústria da música, esporte, se isso tem a ver com a internet?

Então, acho que todos esses espaços estão obscuros no guia dos solicitantes, sobre os quais temos que trabalhar e fazer os comentários a respeito dos TLDs. Porque não podemos avançar se um governo tem que emitir uma ordem de não objeção ou apoio, porque o guia do solicitante também estabelece que o solicitante deve consultar com o GAC, com as palavras apropriadas, que tem que ser talvez mais especificamente, o que o GAC precisa. Como para manter e dar assessoria aos governos.

OLGA CAVALLI:

Acho que um contato precoce entre as 2 partes é o melhor que pode acontecer. Alemanha, por favor.

ALEMANHA:

Sim, obrigado, senhor presidente. Obrigado também pela apresentação. Eu acho que é muito útil, e nos lembra um tema

sobre o qual devemos encontrar uma solução para a próxima rodada. Eu seria um pouco mais cauteloso sobre o que mencionou a colega dos Estados Unidos, e que tem a ver com a definição do que é o interesse público global. Eu acho que é um grande desafio, e do meu ponto de vista, é um tema sobre o qual talvez tenhamos diferentes pontos de vista em cada um dos países. Diferentes entendimentos do que significa esse problema.

Esse determinado problema, o tema é de interesse público, não. Isso se vê refletido também na nossa legislação nacional. Se é de interesse público, estará refletido na legislação própria.

E isso então me leva a propor que talvez deveríamos pensar em qual seriam os temas, os nomes geográficos que querem ser reservados, sobre uma base global. Se esses nomes estão protegidos a nível nacional, os próprios ccTLDs. Por exemplo, na Alemanha nós temos proteção para alguns nomes geográficos.

E sempre está a questão de que em alguma forma nós temos marcas comerciais. Então, é difícil decidir em alguns casos. Se prevalece o interesse comercial ou o nome geográfico. Ou, pelo contrário, essas são decisões que se tomam normalmente na Alemanha. Nós pensamos numa solução, e achamos que ficou claro para nós quais são os nomes geográficos que podem ser utilizados ou não. Mas se vemos outros ccTLDs, talvez possam se ver alguma solução que podemos dizer, "bom, isto está

protegido no nosso país, então deveríamos buscar uma proteção a nível global". É uma coisa que estou sugerindo. Mas, de fato, acho que é muito difícil encontrar uma boa abordagem que sirva para todos.

E também estou de acordo com a observação realizada, de que é difícil ter uma lista. Não sei se os senhores lembram, não sei quantas solicitações debatemos aqui no GAC, com o assessoramento do GAC, sobre nomes geográficos. Mas eu lembro sim alguns debates, e sempre vimos que é difícil, e será também muito difícil, encontrar esses nomes numa lista.

Se a pessoa quer que apareça o seu próprio nome de país, porque depois disso também foi debatido, e se há alguma objeção, impugnação da lista, da qual estava incluída, esse nome, se considerarmos dessa forma, acho que vai ser muito difícil encontrar uma lista onde estejam todos os nomes. E que tudo aquilo que foi debatido, apareça nessa lista.

É um grande desafio que temos. E eu espero encontrar alguma forma de avançar sobre esse tema. Porque isso abre a possibilidade de que o GAC dê um assessoramento. Do meu ponto de vista, pelo menos, acho que não é a pior ideia ou forma de resolver esse tema. Porque, de fato, há muitos temas controversos que foram resolvidos pelo assessoramento do GAC. Nem sempre foi fácil, mas foi uma forma de garantir que

funcionou. Eu não sei se existem outras opções que possa chegar outra solução melhor.

OLGA CAVALLI: Obrigada ao senhor. Eu estou totalmente de acordo que estamos perante um desafio. Mas temos que aprender das nossas experiências, e tentar melhorar. Fala a Índia agora.

ÍNDIA: Eu sou representante da Índia, e queria esclarecer que no contexto do comentário dos Estados Unidos, nós não estamos sugerindo a padronização a nível de uma avaliação final. Terá que ser feito caso por caso.

A padronização pode ser possível talvez do ponto de vista do processo específico. Em termos de formatos de modelos para as cartas que outorgam habilitação, as objeções, etc. Nesse sentido eu estou de acordo com os comentários da Tailândia, sobre o tema de padronização.

OLGA CAVALLI: Obrigada, Índia. Agora tem a Holanda, depois a Noruega. Giacomo, temos que ir fechando, estamos ficando sem tempo. Por favor, recebam esses 3 comentários e encerramos a lista de participação.

HOLANDA:

Obrigado, Olga. Apenas alguns comentários. Não quero repetir o que já foi falado. Com respeito aos nomes geográficos, e a definição de política pública, nesse sentido acho que é um exercício que temos que realizar, embora seja um pouco entediante. Porque não podemos chegar a qualquer resultado.

Quanto ao interesse público e as políticas públicas, não deveríamos fazer uma distinção apenas com respeito aos nomes geográficos. Pelo que eu entendo, pelos comentários do Peru, alguns nomes podem se associar também com religiões, culturas ou outras conotações. E não necessariamente com as áreas geográficas.

Então temos que levar em conta também as questões culturais, religiosas, nos interesses regionais e geográficos, e as sensibilidades dentro das regiões de países. Então não podemos considerar isto apenas do ponto de vista geográfico.

E o terceiro ponto é que ter uma lista exaustiva não permite manejar essas questões políticas tão sensíveis. Pode ajudar, claro, a ter um pouco de previsibilidade, mas não para esse tipo de coisas.

Em sintonia com o que disse a Alemanha, por sua vez, e também a Suíça, deveríamos participar de forma precoce no processo, para ter um método no qual não só utilizemos listas a partir da primeira rodada de gTLD. E tivemos a experiência anterior,

talvez podemos ter um processo semelhante, onde surjam nas sensibilidades, já numa etapa precoce, para os possíveis solicitantes, o nome solicitado. E do ponto de vista da Holanda, eu acho que não devemos bloquear o nome e não se acessível.

O princípio deveria ser não ocasionar nomes com danos, por exemplo, uma comunidade. Não estamos a favor de bloquear ou não permitir que os nomes sejam acessíveis só aos nomes comerciais. O princípio deveria ser não prejudicar os interesses, por exemplo, do caso da Patagônia, da região. Ou em outros exemplos, também ocasionar danos, como sabemos pela experiência.

OLGA CAVALLI:

Muito bem. Noruega, por favor, peço que seja breve, porque não temos mais tempo.

NORUEGA:

Obrigado, Olga, pela informação e pela apresentação. Eu tenho interesse em ser breve. A Holanda já mencionou, de fato, um dos temas centrais que eu queria destacar aqui. Porque o objetivo aqui é o que a Suzanne lembrou, sobre os princípios originários de gTLDs no parágrafo 2.1, parágrafo 1, e que diz que os novos gTLDs deveriam respeitar as sensibilidades quanto a termos que tem uma importância do ponto de vista nacional, geográfico e religioso.

Eu acho que isso é o que estamos tentando conseguir, em parte já foi implementado com o painel de controle, como mencionou os Estados Unidos. E deveríamos aprender das lições da primeira rodada, e como parte dessas lições, também deveríamos continuar com esse caminho, como já falou a Alemanha e a Índia, onde deveríamos talvez resolver as questões uma por uma. Porque as vezes pensamos que não é viável desenvolver uma lista de nomes de importância geográfica, ou inclusive incorporar nomes com outro tipo de importância, significado, como mencionado no parágrafo 2.1. Isso seria um custo muito alto e levaria muito tempo.

A segunda coisa é a proteção dessas listas, que é um tema que não acredito que queremos fazer. Então, nosso conselho não tem que ter como base o direito internacional identificado. Mas falamos das questões políticas, que já identificamos, para nos assegurar de que não entrem em conflito com o direito internacional.

Eu acho que deveríamos proceder caso a caso. E participar de forma precoce cada processo.

OLGA CAVALLI:

Obrigada. Passo a palavra agora ao representante da EBU.

EBU: Eu não tenho certeza de que isso não seja uma opção, porque já mencionei anteriormente, 90% dos casos atualmente de gestão de conflito, por tema de responsabilidade, porque são considerados nomes geográficos ou de comunidade, de uma forma ou de outra.

Então eu acho que temos que poder anunciar o problema antes que surja. E se não fizermos para a próxima rodada, esse será um grande erro.

Em segundo lugar eu quero me referir ao que a Tailândia falou. Claro que é muito importante ter os representantes nacionais no processo, de uma etapa precoce. Mas isso não resolve todos os problemas. Porque as vezes o problema não é de alcance nacional, mas supera as fronteiras do país, ou da região do continente, como no caso da África, ou do Amazon, a nível de país. Porque aqui falamos de regiões, de cidades, Patagônia, Spa, etc.

Mas a lista que se mencionou poderia dar no mínimo uma base de dados previsíveis sobre a qual poderíamos trabalhar.

OLGA CAVALLI: Obrigada, EBU. Obrigada a todos os senhores. Se estiverem interessados em participar do novo grupo de trabalho, avisem, porque temos muito trabalho. Vamos trabalhar com as transcrições para ver quais foram seus comentários. E depois

vamos atualizá-los e colocaremos essa informação na lista do GAC, a todos em geral. Muito obrigada.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, Olga. Obrigado por todo esse debate. Vemos que ainda há trabalho pela frente. Então, esperamos ansiosos, para ver como podemos avançar de uma forma que seja satisfatória para todos.

Estamos um pouco demorados com nossa agenda. Fortunadamente, o próximo assunto não vai levar tanto tempo. É o ponto número 10 da nossa agenda, as proteções da IGO. Eu quero dar uma informação atualizada quanto ao que aconteceu na nossa reunião, em junho, em Buenos Aires.

Os senhores sabem que temos este grupo pequeno, que foi formado com a intenção de ajudar a chegar a um avanço de maneira informal sobre esse tema. Este grupo trabalhou, mas durante algum tempo não conseguiu se ocupar dele.

Depois da reunião de Buenos Aires, alguns representantes da IGO, Suzanne Radell e eu, como membros do GAC, e alguns representantes do pessoal da ICANN, como Olof e Nigel, e também Chris Dispain, como membro do Board, trabalhamos, participamos e nos reunimos em Paris, além da reunião do CCWG, no mês de julho. E analisamos esse princípio de documento, que tínhamos começado a trabalhar, mas que

depois ficou um pouco suspenso, tivemos uma discussão muito construtiva. Mary Wong também é membro da ICANN, e que está na secretaria do grupo de trabalho da GNSO, sobre direitos de correção, e também estava presente.

Tivemos uma discussão muito frutífera, conseguimos uma avanço importante, para entender como poderíamos estabelecer um mecanismo pragmático para ter uma proteção permanente dos nomes IGO, para defender dos abusos. E começamos, neste pequeno grupo, desde então, a trabalhar num documento que avançou muito.

Ainda não acabou. Mas estamos quase ali. É muito difícil poder terminar esse tipo de tarefa quando temos alguma coisa em andamento. Como o tema da responsabilidade da ICANN, que leva também esforço e tempo. Mas estamos bem próximos de acabar. Então, tenho muito confiança que vamos conseguir, preciso depois da confirmação de Suzanne, que trabalhou também. Não temos nada para apresentar agora em especial, mas em breve teremos.

E o que também fizemos foi como nos comunicar com a GNSO. Tivemos contato com os 2 co-presidentes, inclusive com o presidente da GNSO. Os 2, na verdade, co-presidentes do grupo de trabalho da GNSO, desculpem. E com o presidente da GNSO. E os informamos sobre o avanço que tínhamos conseguido. Eles

disseram o que estavam fazendo no grupo de trabalho, estavam analisando as questões legais, com relação a imunidade.

E também informamos que esperávamos que a GNSO pudesse se convencer, depois de ficarem prontos os documentos, em fazerem um debate sobre um mecanismo pragmático que poderíamos conformar. Ainda estamos delineando alguns elementos chave desse mecanismo. E deveríamos definir os detalhes com todas as partes afetadas.

E a reação da GNSO foi cautelosamente positiva, não viram a proposta ainda. Mas esperamos que isso possa avançar rapidamente.

Então, resumindo, estamos avançando, não tenho um trabalho para apresentar. Mas todos estamos comunicados, e em contato, e participando de forma construtiva para conseguirmos uma solução pragmática. Isso é basicamente o que eu posso falar. Claro que estou disposto a receber os comentários e perguntas sobre isso. E abro o microfone para os senhores. Passo a palavra para o Irã.

IRÃ:

Eu não tenho comentários sobre o que o senhor acabou de falar. Eu queria convidar o grupo pequeno a considerar a discussão que se realizou no conselho da ITU, sobre esse mesmo tema.

Quando a secretaria da UTI apresentou o avanço sobre a matéria, houve uma declaração de uma administração, que não era contrária, mas um pouco diferente. E essa declaração talvez justifique a nossa consideração.

Como material de apoio, de referência, eu convido então que os senhores considerem isso. Porque esse é um assunto importante para os governos, e se segue tratando no conselho da UTI. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, Kavouss. Eu não tinha conhecimento disso. Mas, por favor, sinta-se tranquilo em compartilhar a informação que tiver a respeito. OECD pediu a palavra.

OECD: Obrigado, tentarei ser breve porque eu sei que todos querem ir para o almoço. Mas como esse tema já está há muito tempo, e foi parte do assessoramento do GAC durante 3 anos. Eu acho que é necessário lembrar o que estávamos pedindo aqui. Estamos buscando uma proteção permanente das siglas acrônimos, no primeiro e segundo nível da IGO. É um grupo pequeno de organizações, são menos de 200.

Essas proteções são importantes por 2 motivos. Por uma parte, para proteger as siglas no DNS, permitem, de fato, realizar nosso trabalho. Muitas IGOs são de forma exclusiva conhecidas por

suas siglas. Essas siglas acrônimos são fundamentais para a sua identidade. Como elemento fundamental de identidade.

Por sua vez, nós temos recursos limitados, que provém de fundos públicos. Então, se há tempo e dinheiro que se dedica em tratar dos abusos dos nomes de domínios, isso é uma coisa que nos prejudica e nos distrai da função de domínio público.

E as vezes também, os esclarecimentos foram mal tratados pelas instituições da DNS. Então, para complementar o que disse Thomas, as proteções, no primeiro e segundo nível, existem desde 2014, numa lista reservada. E permanecerão ali dessa forma, no primeiro e segundo nível.

Aqui temos a oportunidade de mostrar que o modelo de multisetorial realmente funciona, apesar de que isso continua sem estar resolvido. O GAC esteve emitindo um assessoramento muito claro, a respeito, nos últimos 3 anos. Esperamos que se possa ajudar o Board para determinar a melhor forma de implementar esse assessoramento.

Agradecemos, e o comunicado faz referência ao apoio contínuo que o GAC dá a este tema, pedindo novamente que o Board apoie as proteções nos primeiro e segundo nível. E queria levar em conta os recursos limitados da IGO, e sua condição única sobre os gerentes internacionais. E também pedir que

mantenham as proteções temporárias enquanto trabalhamos até termos uma solução duradoura.

CHAIR SCHNEIDER: Passo a palavra aos Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS: Obrigado. Peço desculpas por tomar a palavra. Eu sei que há outro tema na nossa agenda. Simplesmente queria dizer que podemos estar de acordo com a declaração do representante da OECD. Acho que nós, no GAC, fomos muito firmes nos nossos comentários. Mas também queria regarantir a todos, estou olhando aqui para quem está ocupando a presidência, e estará de acordo que fizemos muito avanço. O NGPC foi extremamente aberto na resposta as preocupações do GAC, da IGO. E nós pensamos que estivemos livrando uma batalha muito difícil, mas mostramos um bom exemplo de colaboração sólida, e todo tipo de exercício educacional para todas as partes. E que os colegas da GNSO, com quem tivemos interação, a GNSO se considera que é a mesma fonte de todas as políticas de novos gTLDs e a política gTLD. Isso foi uma experiência de aprendizagem para eles, para entender como nós, os governos, vemos as IGOs.

Acho que podemos finalizar com um tom positivo, porque já propusemos, os Estados Unidos, uma maneira de avançar, desde

a reunião de Toronto. Passaram 3 anos e podemos proclamar a vitória nessa reunião, daqui a pouco.

CHAIR SCHNEIDER: Tentando concluir com a pergunta que a OECD apresentou. É necessário adicionar texto no comunicado novamente sobre essa questão. Nesse caso, qual deveria ser o conteúdo? Peço, por favor, que me deem as suas opiniões a respeito.

ESTADOS UNIDOS: Obrigado, senhor presidente. Na realidade, não tenho problemas com a proposta do representante da OECD. Talvez depois de 3 anos, seja um pouco reiterativo, mas não considero que na realidade estejamos batendo contra uma parede, de joelhos. Mas estamos empurrando uma porta que está entre aberta.

Então, devo lembrar que conseguimos muito progresso, muito avanço. Se comunicássemos o contrário, nos arrependeríamos, talvez nos arrependeríamos. Porque pareceria que estamos falhando em transmitir nossa assessoria de maneira eficaz.

Pessoalmente não penso que esse seja o caso, e talvez podemos adicionar uma frase que diga que estamos avançando e podemos poder resolver o tema. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: OECD, parece que está certo?

OECD: Sim. Estamos trabalhando de boa fé. E nós não queríamos sugerir que nos interessava outro tipo de solução. É claro que podem colocar uma frase positiva no comunicado.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Que tenha como rascunho, aquele rascunho que tem, por favor envie à secretaria para poder incluí-lo no rascunho do comunicado. Que faça o mais breve possível.

Quero concluir, porque ainda temos um ponto. E é um ponto recorrente, mas muito importante. Então, se ninguém pede a palavra sobre as IGO, eu quero que dedicássemos o resto do tempo para falar sobre o ponto 11 da ordem do dia. Que é o .ÁFRICA.

Temos a Comissão da União Africana, que vai fazer a apresentação desse tema, para poder começar com a discussão.

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA: Obrigado. Antes de passar a palavra para Alice, que vai falar sobre todos esses detalhes em processo. Queria pedir desculpas, em primeiro lugar, por esse tema recorrente. Como foi mencionado ontem, eu gostaria de saber que me dissessem como as pessoas que dizem que estão cansados de nós e do .ÁFRICA. Nós também estamos cansados do .ÁFRICA. Nós queremos que esse tema tenha uma solução. Então queremos

que fique claro o caminho para todas as partes envolvidas, para tomar as decisões certas.

É por isso que a minha introdução é apenas uma atualização do que se fez até o momento. Para se dar uma solução a esse problema. Quando vimos tudo o que foi apresentado ao painel, vimos incoerências, principalmente inconsistências de alguém que faz uma declaração sobre jura.

Uma das coisas que se disse para o painel de revisão independente, é que a comissão econômica das Nações Unidas teria dado uma carta de apoio a todos os solicitantes. E que poderia ser utilizada como 60% do que se pede para o apoio do continente.

Na verdade, eu não sei como uma agência, um organismo das Nações Unidas pode agir em nome dos estados da África. Acho que amanhã alguém das Nações Unidas vai dizer, "bom. Amanhã vou dar uma carta em nome de Portugal". Então, se o painel pode engolir esse tipo de ideias e declarações, então o painel não entendeu o que estava acontecendo, nem o que está acontecendo. E é por isso que ontem o painel convidou as partes afetadas, e também digo, precisamos entender como pode funcionar o estado antes de começar a aproximarmos e tomar decisões em nome deles.

Em segundo lugar, os ministros quando se reuniram em setembro, decidiram que não haveria apoio para os novos solicitantes através desse organismo. Que é a Comissão das Nações Unidas para a economia da África.

Em segundo lugar, um dos temas que a Quênia mencionou especificamente como país que poderia ter algo contra o processo, acho que ontem também mostrou uma carta que vinha do Ministério das Comunicações do Quênia, dizendo qual era a posição da Quênia a respeito do .ÁFRICA, apoiando a Comissão da União Africana.

Em última análise, os ministros solicitaram que todos os que participam desse processo, acelerem a solução do .ÁFRICA. .ÁFRICA não é comercial, não é um projeto, mas tem a ver com o programa para o desenvolvimento econômico de toda a África. Não é uma coisa, não sei como dizer, não é uma solicitação a mais, é um programa para todo o continente. Para realmente oferecer contribuição a esses temas. Eu sei que isso surgiu num mal momento, no que faz a transparência, prestação de contas, responsabilidade, etc. Mas precisamos avançar sobre esse tema. É por isso que vou pedir a minha colega, que por favor dê todos os detalhes que tem a ver com a Comissão da União Africana e o .ÁFRICA.

ALICE MUNYUA:

Obrigado, colegas, por darmos a oportunidade de apresentar esse tema perante todos vocês. Com relação a carta que foi enviada ao nosso presidente, há 2. Uma pedia para compartilhar com a lista de distribuição do GAC, porque tinha a ver com a sensibilidade, colocada por alguns colegas. E a segunda foi enviada pelo Board, à presidência do GAC. E tinha a ver com que lhe déssemos os fundamentos da assessoria oferecida pelo GAC.

A assessoria do GAC está muito bem estabelecida no guia do solicitante. E os companheiros, os colegas, aceitaram acompanhar as resoluções antes do desenvolvimento da relação dos governos para o .ÁFRICA.

O GAC, como coletivo, determinou então que essa objeção não tinha sido apresentada para os estados membros africanos, e a Comissão da União Africana era adequada. Por esse motivo nós oferecemos essa assessoria por conta do processo.

Isso tinha que se dar antes do período de objeções, e está descrito mais de detalhe no módulo 3 do guia do solicitante. E tem a ver com procedimentos e objeção, que ram claros naquela altura. Se deu assessoria que tinha a ver com os mecanismos oferecidos pelo novo guia do solicitante.

Então, ao contrário do que se disse, que o GAC não tinha dado fundamentos, nós tínhamos dados fundamentos suficientes durante muito tempo. E a assessoria em Pequim, por consenso,

foi o pináculo de todos esses fundamentos. Então, parte desses fundamentos continuam tendo vigência. Por exemplo os princípios do GAC sobre os novos gTLDs, que são de 2007. Os comentários do GAC sobre nomes geográficos, numa carta ao Board, que é de abril de 2009. O painel de comando do GAC tem detalhes específicos sobre como se deviam tratar os nomes geográficos.

E também os alertas precoces do GAC, que foram 17 que vieram do continente africano. E também, além dessas correspondências e alertas precoces.

Então, como resposta a essa carta, a carta atual que veio da presidência do Board, nós pedimos aos colegas que considerem uma resposta, que tomem em conta esses fundamentos, que considerem os fatos históricos, os processos históricos, que reiterem esses fundamentos, que talvez não foram incluídos no comunicado de Pequim. Mas que existiam e continuam existindo. E que reiterem que essa assessoria do comunicado de Pequim continue estando vigente.

Também pedidos aos colegas, que por favor ponham esse ponto na agenda da reunião, do GAC com o Board. E também coloquem alguma coisa no comunicado de Dublin. Muito obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, Comissão da União Africana, por dar a nós essa informação de grande valor. Comentários, perguntas do GAC sobre esse tema? Vejo Namibia e quem mais? E acho que alguém mudou de lugar. Namibia e o senhor que está lá atrás. E depois Estados Unidos.

NAMIBIA: Obrigado, senhor presidente. Eu quero apoiar, e obviamente, enfatizar o que meu colega acabou de dizer. Acho que foram palavras muito poderosas, as que deram a Comissão da União Africana, na sua introdução. E as compartilho.

Também quero salientar que estamos chegando a um ponto de frustração. Temos que seguir as normas, que estão estabelecidas na ICANN. Onde há informação, a primeira rodada, a primeira avaliação já passou, não houve apoio para os estados solicitantes nessa etapa. Mas estamos numa situação de espera para ver se há um adiamento no período, para ver que o solicitante possa colocar objeções ou posso solicitar revisão mais uma vez.

Sim, estou de acordo que do ponto de vista do GAC, nós discutimos essa manhã a eficácia da assessoria da GAC, e nossa assessoria foi dada. A pergunta agora seria, foi eficaz ou não? Porque parece que temos que reassessorar sobre o mesmo tema.

Eu acho que essa talvez seja o momento para que nós, como o GAC, com base na nossa assessoria, deixemos marcado um ponto mais forte, mais peso. E estabelecer a nossa perspectiva como GAC. Queremos que a assessoria seja considerada e se continue, para que esse assunto possa ser resolvido assim que possível.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Por favor, o senhor que está ali.

QUÊNIA: Obrigado, senhor presidente, sou Michael Katundu, representante da Quênia. A Comissão da União Africana, Alice Munyua, Namibia, falaram de uma coisa que eu apoio, e quero que essa tema se resolva assim que possível. Todos viram a carta? A carta que mandou o ministro do Quênia, deixando claro qual a posição do governo do Quênia sobre esse tema. E esperamos que não haja mais confusão, e que possamos avançar e seja delegado esse domínio tão importante que é o .ÁFRICA.

O governo do Quênia está disposto a esclarecer qualquer tema pendente, que não tenha ficado claro na carta.

Então, apoio o que meus colegas disseram, que isso seja resolvido assim que possível. E acho que existe a necessidade de dar maior assessoria e abrir um registro para poder ter um

registro de todas as deliberações, e ver a assessoria. Que não haja mais confusões no Board também, para que o Board possa prestar contas com que seriedade toma essa assessoria.

CHAIR SCHNEIDER: Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS: Obrigado a todos os colegas da Comissão da União Africana e o resto dos representantes do GAC da região, por compartilhar sua visão a respeito. Realmente vocês falaram de necessidades de fundamentos na assessoria do GAC. Acho que no manual do solicitante, no guia, não se exige um. Então o Reino Unido também falou antes, disse que devíamos dar sempre fundamentos na assessoria para que não existam confusões nas comunidades exteriores, para saber quais nossas intenções na assessoria.

Na reunião de Pequim, foi uma das objeções, e foi rápido. Porque havia um entendimento bastante amplo de que a solicitação não tinha sido apoiada pela Comissão da União Africana, e seus membros, então não cumpria com os requisitos do guia do solicitante.

Eu sei que houve sensibilidade a respeito de compartilhar certos e-mails. Mas houve um transcrito, bastante confidencial de Pequim, mas é uma porção que tem a ver com as trocas do GAC

sobre a objeção do .ÁFRICA, que não sei se poderia ser copiado de forma separado, e copiado ao Board da ICANN, porque eles são os que devem responder ao solicitado pelo painel de revisão. E dizer que houve uma avaliação inicial, que perderam por uma solicitação que não apoiou o GAC. Então acho que se parece que vai haver um período ampliado, poderíamos então certamente, com os membros da Comissão da União Africana. Eu não sei se podemos evitar o processo, mas podemos documentar fundamentos para a objeção a assessoria do GAC. Eu apoio isso e sugiro que mandemos ao Board essa parte da reunião pública.

CHAIR SCHNEIDER:

Eu quero responder 2 perguntas. Eu não lembro, acho que não era uma carta, e sim um e-mail do departamento de legais para apresentar essa questão. Eu fiz uma resposta verbal, mas precisam de uma resposta formal, escrita. E a resposta é que não vamos revelar os correios eletrônicos internos do GAC, mas podemos seguir a sugestão dos Estados Unidos. Podemos dar a informação necessária para tratar esse caso na resposta a outra carta, onde nos fala do fundamento, etc. Isso é para a metade do tema.

Para a outra metade, tem a ver com a resposta. E nós temos que dar uma resposta ao Board. A carta que Steve Crocker mandou no final de setembro, temos uma proposta da União Africana, que foi compartilhada com o GAC faz, não sei, acho que dia

primeiro de outubro, faz 2 semanas onde vejo um apoio para seguir com isso e tentar incluir os elementos, os fundamentos que se tinham dado anteriormente a decisão. Além de mencionar que nós seguimos os procedimentos como são explicados de boa fé, no guia do solicitante. Além dos fundamentos que não tinha sido dado no comunicado, porque se dá o resultado final da decisão. Mas que esperamos que o painel também veja a história de alguma coisa, e não só a última comunicação.

Bom, temos que discutir entre nós como formulamos. Mas dizer que nós fizemos a nossa tarefa como devíamos fazer, e que consideramos esse tema como solucionado, no que diz respeito a nós e ao nosso trabalho. Eu acho que essa é a minha proposta concreta. E eu pediria ao pessoal da Comissão da União Africana que nos ajudem então na redação do primeiro rascunho do texto. Vamos trabalhar as autoridades com os senhores antes de enviar ao Board, claro.

Se todos estiverem de acordo, alguém tem alguma objeção? Porque, caso contrário, acho que merecemos um almoço. Reino Unido, Indonésia e depois Reino Unido. Por favor, sejam breves.

REINO UNIDO:

Não, claro que não quero fazer com que cheguemos tarde a uma coisa que precisamos tanto. O que eu quero dizer é que terça-

feira, meio dia e meia, vamos nos reunir, alguns membros do GAC, e temos então na agenda o assunto sugerido da União Africana. Também temos uma reunião com os colegas do commonwealth, com os quais vamos nos reunir, e que também está o secretário geral da organização de comunicações do commonwealth. Então vamos também colocar na agenda.

CHAI SCHNEIDER: Por favor, esqueci a Indonésia. Peço desculpas.

INDONÉSIA: Não há problema, Thomas. Nos conhecemos há muito tempo. Bom, nós estamos de acordo com o solicitado com o .ÁFRICA. Mas esses problemas surgiram mais uma vez. Eu acho que no começo de 2014 tivemos o tema do .SPA, em Singapura, eu acho que também estava o senhor presidente, eu esqueci o nome. E depois, com a sua presidência, também tivemos, naquela época, um intercâmbio bastante importante sobre o .SPA. Então, naquele momento, também falamos e tivemos a resposta negativa da União Europeia. Eu acho que esse dia saímos muito tarde da reunião, mas em definitivo acabamos com o .SPA. E não lembro se não tiveram que consultar com as suas capitais, mas naquele momento se solucionou o problema da Comissão Europeia, e acabamos com o problema do .SPA.

Então eu acho que novamente podemos fazer a mesma coisa para .ÁFRICA. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado. Se ninguém mais pede a palavra. Então, agora sim, vamos para o almoço. Nos reunimos novamente 2 horas da tarde, em ponto, por favor. Não esqueçam que no começo vamos falar do tema das medidas da proteção, salvaguardas, que deixamos pendente no dia de ontem. Por favor, cheguem 2 horas.